



# A intervenção régia na toponímia galega medieval. Os nomes de Afonso IX (1188-1230)

---

## The royal intervention in the Galician medieval toponymy. The names of Alfonso IX (1188-1230)

Gonzalo NAVAZA<sup>1</sup>

**RESUMO:** Graças à documentação medieval sabemos que os nomes de várias cidades galegas importantes não são, como se pensava, herança da toponímia antiga, mas criações medievais impostas por Afonso IX (1188-1230), rei de Galiza e de Leão, no momento da concessão de um *foro* ou carta de povoamento aos habitantes e a constituição de um concelho. Os nomes escolhidos por este rei têm origem na cultura francesa ou estão inspirados nas lendas carolíngias relacionadas com o Caminho de Santiago.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mudança de topônimos. Toponímia hispânica medieval. Coruña. Baiona. Monforte. Salvaterra. Viana. Rozavales. Afonso IX. Carlomagno. Caminho de Santiago.

**ABSTRACT:** Thanks to the medieval documentation we can know that the names of several important Galician cities are not, as it was thought, inheritance of the ancient toponymy, but medieval creations imposed by Alfonso IX (1188-1230), King of Galicia and Leon, at the time of granting a *foro* or letter of settlement to the inhabitants and the constitution of a municipality. The names chosen by this king come from the French culture or are inspired by the Carolingian legends related to the Way of Santiago.

**KEYWORDS:** Change of placenames. Medieval Hispanic toponymy. Coruña. Baiona. Monforte. Salvaterra. Viana. Rozavales. Alfonso IX. Charlemagne. Way of Santiago.

### Nomes medievais de vilas e cidades realengas<sup>2</sup>

Os estudos de toponomástica, graças ao desenvolvimento de ferramentas informáticas e à digitalização da documentação medieval, têm hoje ao seu dispor um conhecimento cada vez mais completo dos registos históricos dos topônimos, o que faz possível estabelecermos para cada um deles o seu historial escrito, desde as atestações antigas ou medievais em latim e as das sucessivas variantes com que se regista na documentação em romance até hoje. Essa informação, com os contextos dos diferentes registos, é peça imprescindível para podermos conhecer a história individualizada de cada topónimo e formular explicações etimológicas com certo grau de certeza.

---

<sup>1</sup> Universidade de Vigo. Campus das Lagoas. Vigo E-36310. Espanha. E-mail: gnavaza@uvigo.es

<sup>2</sup> As imagens que reproduzem fragmentos de manuscritos medievais foram tiradas de PARES [<http://pares.mcu.es/>] e correspondem a documentos pertencentes ao Arquivo Histórico Nacional de Madrid.



O melhor conhecimento da documentação medieval permite afirmar que alguns topônimos galegos significativos, que correspondem a povoações que foram *reguengas* ou realengas no Antigo Regime e hoje são vilas ou cidades de importância, nasceram na época medieval por uma mudança de nome imposta pelo rei, substituindo outra denominação prévia, no momento da concessão do foro ou carta foral aos seus habitantes.

No medievo, o rei é o principal agente modificador dos nomes de vilas e cidades. A *imposição régia ou senhorial* é mencionada em primeiro lugar em todas as enumerações das causas de mudança toponímica na península ibérica no período medieval (TEJERO ROBLEDÓ, 1995, p. 107-116). Se o processo de imposição de novos nomes com o avanço militar para o sul dos reinos cristãos do norte, muitas vezes substituindo nomes arábigos com a chamada *toponímia de Reconquista*, já era mais ou menos bem conhecido, até há pouco tempo não se tinha prestado atenção suficiente às mudanças toponímicas no interior dos reinos cristãos peninsulares ou especificamente no território galego, sempre isento de domínio muçulmano, de jeito que a milenária continuidade populacional levou a interpretar erradamente como patrimoniais (isto é, antigos; bem de origem latina, bem pré-romana quando não se podiam explicar pelo latim) certos topônimos que na realidade são criações medievais. A documentação escrita que chegou até hoje permite reconstruir com bastante detalhe, embora as carências e lacunas, a política toponímica dos monarcas dos reinos de Galiza e de Leão a partir do século XII.

O rei medieval que mais influenciou na toponímia galega atual foi sem dúvida Afonso IX<sup>3</sup>. Provavelmente outros reis anteriores já tinham dado nome a algumas vilas com topônimos “de repertório” como *Villam Novam*, *Villam Bonam*, *Benevivere*, etc. A própria mudança semântica do termo *vila*, que perde as conotações rurais etimológicas da *VILLA* latina para adquirir as de ‘núcleo urbano’, tem muito a ver com os forais régios, como também com o nascimento de uma nova classe social isenta de cargas senhoriais, com uma nova demografia e um contrapeso ao poder territorial da igreja. Daí o valor simbólico das intervenções toponímicas do rei Afonso IX, que mudaram o nome de pequenas povoações que são vilas e cidades importantes da Galícia atual, algumas com topônimos singulares, insólitos. A concessão de foro ou carta foral aos vizinhos “e povoadores presentes e futuros” era também um reclamo para atrair população. Os textos forais de Afonso IX, que continuam a linha do seu pai Fernando II, mostram uma política régia de reorganização demográfica do território galego depois da separação do condado portugalense e o nascimento do reino de Portugal.

Os foros que Fernando II (rei de 1157 a 1188) concedeu em 1167 à vila de *Malgrado*, no reino de Leão, constituíram o principal modelo seguido por Afonso IX no reino de Galiza (SOLANO, 2010, p. 89) ao longo das quatro décadas do seu reinado. No novo reino de Portugal, segregado poucas décadas antes, também se usaram modelos semelhantes nalgum dos forais concedidos a diversas povoações. Ao tempo que se estabelece *novam populationem* ou *nova pobra* (que não significa a construção de uma nova vila ou cidade, mas simplesmente uma nova organização da população) e se reconhecem direitos aos povoadores presentes e futuros, também é habitual a imposição de um novo nome para o lugar. O foro que serviu como modelo tinha substituído o nome da vila de *Malgrado* pelo de *Beneventum* ‘bem

<sup>3</sup> Usamos o ordinal habitual na historiografia espanhola de hoje. Neto de Afonso VII e filho de Fernando II, o seu ordinal teria que ser o oitavo, mas foi alterado o cômputo para incluir na numeração dos reis medievais da casa de Borgonha o seu primo Afonso VIII de Castela. O conhecido hoje como décimo, Afonso X o Sábio, no cômputo antigo era *nono*. Podemos vê-lo no título e a capa das edições antigas (até o século XIX) das suas obras: *La Siete Partidas del Sabio Rey don Alonso el Nono* (edição do ano 1829, pode ver-se em <http://www.cervantesvirtual.com>).



sucedido, bom sucesso', em romance *Benavente*. O próprio Fernando II concedeu esse foro de Benavente a outras povoações que, ao recebê-lo, mudaram o nome (Coyanza, em Valladolid, recebeu foro em 1188 e a vila passou a chamar-se *Valencia*, hoje *Valencia de Don Juan*).

Noutras variedades de forais régios, como o dado pelo mesmo Afonso IX a Baiona no ano 1201, o texto faz explícita menção da mudança toponímica (*impono eadem villam de novo nomen Baionam*). O mesmo acontece nos forais portugueses que seguem o modelo do de Valença estabelecido por Afonso III o Bolonhês em 1262: *mutavimus sibi nomen de Contrasta e imposuimus sibi nomen Valenciam* (VENTURA; OLIVEIRA, 2006, p. 334). Contrariamente, quando se aplica o foro de Benavente ou outros próximos do seu modelo, é habitual que o texto não mencione a mudança de topônimo; usa-se o novo nome sem mais explicação nem referência ao possível nome anterior. Também é assim em forais portugueses parecidos, como o concedido no ano 1200, em tempos de Afonso II, a um novo município criado na beira do rio Tejo, em Santarém, o qual também recebe o nome o de *Benavente*<sup>4</sup>.

### Afonso IX e a toponímia galega

O reinado de Afonso IX coincide com a época de maior esplendor de Santiago de Compostela e de mais estreita vinculação dos monarcas dos reinos de Galiza e Leão com o templo do Apóstolo Santiago, convertido em destino de peregrinações chegadas de toda a Europa. É também um momento de máxima influência cultural francesa e occitana nas culturas dos reinos cristãos peninsulares, favorecida pelos reis da casa de Borgonha, a ordem religiosa de Cluny e o próprio Caminho de Santiago; a época da culminação da arte românica e dos inícios da lírica trovadoresca galego-portuguesa, que também responde ao estímulo da influência cultural de além-Pireneus. Essa influência e o mundo das peregrinações e do culto ao apóstolo Santiago motivam as escolhas toponímicas do rei Afonso IX para impor novos nomes a vilas e cidades.

Vemos a continuação algumas das vilas medievais galegas que mudaram o nome ao tempo de receberem foro de Afonso IX. A relação não é completa, pois com a exceção de Monforte e da Coruña apenas se referem a povoações situadas no sul de Galiza, cujo povoamento, a finais do século XII e começos do XIII, tinha por objetivo a defesa da fronteira com o novo reino de Portugal. No apartado final mencionam-se outros topônimos que também parecem devidos a este rei, mas de momento não podemos confirmar a atribuição com documentos medievais.

Para os documentos dos foros, no essencial sigo a coleção de Afonso IX publicada por Julio González (1944, vol. II). As citas de forais portugueses, quando não se indica outra fonte, são tomadas do primeiro volume de *Portugaliae Monumenta Histórica*. Os originais dos documentos citados com a referência do AHN (Archivo Histórico Nacional, de Madrid)

<sup>4</sup> A vinculação da ordem de Calatrava com a cidade leonesa de Benavente explica o uso do mesmo nome noutros lugares onde tinha presença essa ordem militar. Além da povoação portuguesa, há outro *Benavente* em Alburquerque, na Estremadura espanhola. No leste da península ibérica tem paralelo noutro *Benavente* em Aragão e dois *Benavent* em Catalunha, todos eles de origem medieval. Em última instância este nome imita uma mudança toponímica clássica, da Antiga Roma, relativa á cidade italiana hoje chamada *Benevento*, na Campânia. Segundo Procópio de Cesarea (*De Bello Gothico*) e outros autores, o nome originário da cidade era *Maleventum*, mas depois de uma heroica vitória militar dos romanos nesse lugar no ano 275 a. C., substituíram esse nome por uma espécie de antônimo honorífico: *Beneventum* 'bem sucedido, bom sucesso' (MORALEJO, 1977, p. 219-230).



podem ser consultados em cópia fotográfica em Internet, no *Portal de Archivos Españoles*, PARES (veja-se a bibliografia); para os do mosteiro de Santa Maria de Oia utilizamos também a transcrição, ainda inédita, de M<sup>a</sup> Carmen Pérez Rodríguez, realizada no ILG da Universidade de Santiago de Compostela baixo a direção de Ramón Lorenzo. Nas citas tomadas do TMILG (*Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega*) ou do CODOLGA (*Corpus Documentale Latinum Gallaeciae*), damos somente estas siglas acompanhando a indicação de lugar e data do documento.

### **Milmanda, 1199**

A primeira carta foral conhecida das outorgadas por Afonso IX a unha povoação realenga do território galego actual é a de *Milmanda* (concelho de Celanova, Ourense), emitida em junho de 1199 (GONZÁLEZ, 1944, p. 180-183). Dieter Kremer dedicou um estudo a este topónimo, um nome originário da França, onde se aplicou a fortalezas ou povoações fortificadas: *Mirmande*, *Marmande* (KREMER, 1988, p. 51-78). Também teve uso em francês como apelativo comum com esse significado: *mirmande* ‘ville, maison fortifiée’ (DAUZAT/ROSTAIN, 1978, p. 436). As conotações de ‘praça forte’ o aproximam doutros exemplos do repertório toponímico militar medieval como *Valença* ou *Monforte*. Para a difusão do emprego de *Milmanda* como topónimo deveu contribuir uma etimologia popular que o supôs composto do numeral *mil* seguido de uma forma do verbo *mandar* (*Milmanda*, ‘manda em mil’), explicação viva ainda hoje na tradição local de Milmanda em Ourense. Interpretamos que a grafia com duplo *ll* na primeira sílaba, *Millmanda*, com que aparece muitas vezes na documentação medieval, é indício de que também naquela altura se interpretava assim.

O recurso ao nome de *Milmanda* por Afonso IX não é inteiramente original na península ibérica, pois já tinha sido usado na Catalunha na década anterior (em 1184) por Pedro II, Conde de Barcelona e rei de Aragão, para nomear uma vila fortificada em Poblet (Tarragona), substituindo um nome prévio. Corominas (1972, I, p. 95) estudou esse *Milmanda* catalão, que sobrevive na atualidade, e não vacila em lhe atribuir origem francesa: “se tomó evidentemente del fr. *Marmande*”. Com as estreitas relações, também familiares, que mantinham entre si as monarquias dos diferentes reinos cristãos peninsulares, são frequentes casos como este, em que se imitam nos topónimos escolhidos para dar novo nome a povoações. Afonso IX de Galiza e Leão estava emparentado com a dinastia aragonesa, pois era neto por via paterna de Berenguela de Barcelona, quem repousa perto dele no panteão real da catedral de Santiago de Compostela. A influência da cultura francesa, aliás, estava muito presente na corte de Afonso IX e no seu tempo, como o tinha estado nos reinados dos seus predecessores os reis de Galiza e de Leão da casa de Borgonha.

Além do topónimo galego e o catalão, houve outro *Milmanda* na Andaluzia, localizado por Kremer (1988, p. 61) na documentação dos *Repartimentos* da cidade de Sevilha depois da sua conquista em 1247-1248. Dado que o exército de Fernando III que tomou a cidade andaluza era eminentemente galego, é verossímil que esse *Milmanda* sevillano seja um eco do topónimo de Ourense, imposto no próprio processo de divisão das terras conquistadas. Agora temos notícia documental doutro *Milmanda* em Galiza, hoje desaparecido, como nome de uma torre no interior do recinto amuralhado da cidade de Lugo, concretamente “entre las actuales calles de la Cruz y Armañá dando frente a ambos lados” (CARIDAD ARIAS, 2006, p. 231).



A construção do *alcácer de Milmanda* e a delimitação do seu amplo termo jurisdicional a finais do século XII visava defender a fronteira galega com Portugal nessa área da Raia Seca (*damus vobis alfoz contra regnum Portugalsium*, lemos no texto foral), pois o reino vizinho, segregado de Galiza décadas antes, tinha realizado incursões militares chegando a ocupar terras galegas das dioceses de Ourense e de Tui, dependentes de Braga no passado. Por essa razão, Fernando II iniciou uma reorganização do território, continuada pelo seu filho Afonso IX, para reforçar a fronteira construindo fortalezas ou amuralhando vilas e favorecendo o assentamento de população mediante a concessão de cartas de povoamento e foros. Estas cartas e foros podem coincidir com a imposição de um novo topônimo, que substitui o anterior. O texto do foro de Milmanda, dado precisamente em Benavente, embora oferecer alguns traços específicos, como as indicações relativas às responsabilidades militares dos povoadores na defesa da fronteira, faz explícito qual é o seu modelo: *damus uobis populatoribus de Milmanda ipsam villam cum suis terminis et hereditatibus ut populetis per forum de Benevento...* (GONZÁLEZ, 1944, p. 182).

Repare-se em que se fala da “vila que se dize Milmanda”, como se a vila já tivesse esse nome previamente:

ego Alfonsus, Dei gratia Legionensis rex, una cum uxore mea regina domna Berengaria, damus et concedimus omnibus habitantibus in villa que Milmanda dicitur uel ad habitandum ibi conuenientibus ipsam villam Milmanda ad populandam... (GONZÁLEZ, 1944, p. 180).

Mas na prática, é com esse foro quando se estabelece o topônimo. Todos os registros de *Milmanda* que encontramos na documentação medieval são posteriores a 1199. A vila não podia ter nome previamente porque aqui não havia uma povoação anterior. Na realidade é nesse momento quando se cria a vila *ex novo*, ao pé de uma fortaleza erigida num lugar despovoado. Ao contrário do que se passou com a maior parte das vilas medievais favorecidas com foros por Afonso IX em Galiza, que com o passo dos séculos se converteram em povoações importantes ou grandes cidades, esta *Vila de Milmanda*, que o rei quis promover à beira do *alcácer de Milmanda*, nunca chegou a prosperar como elas. Ainda hoje *A Vila* é uma aldeia pequena da freguesia de *Alcázar de Milmanda*, um grupinho de casas (o censo de 2007 dá 70 habitantes para o conjunto da freguesia, formada por oito aldeias) à beira da igreja com os vestígios do alcácer medieval.

O nome que o rei impôs em 1199 finalmente não chegou até hoje como nome da povoação, a qual se chama simplesmente *A Vila*, abreviação do composto *A Vila de Milmanda* que aparece na documentação. Mas arraigou como corônimo, denominando a extensa jurisdição de Milmanda no Antigo Regime e o concelho homônimo até o século XX, e sobreviveu até a atualidade no nome de duas freguesias: *Alcázar de Milmanda* e *Santa Eufemia de Milmanda*. Segundo se observa na cartografia do *Catastro de Rústica* espanhol<sup>5</sup>, as terras de cultivo que ficam ao leste da Vila, na primeira destas freguesias, recebem o nome de *O Concello*, topônimo que lembra os tempos em que o lugar foi capital municipal e cabeça de jurisdição. No século XIX as duas freguesias de Milmanda integraram-se no concelho de Acevedo do Ríu, que desapareceu em 1968 para se agregar ao de Celanova, ao qual pertencem na atualidade.

<sup>5</sup> <https://www1.sedecatastro.gob.es/Cartografia/mapa.aspx?tc=U&del=32&mun=25>





No nome da freguesia chamada *Alcázar de Milmanda*, o primeiro substantivo do composto é o comum *alcácer*, um arabismo (propriamente a forma arabizada de *castro* ou do latim *CASTRUM*) incorporado ao léxico militar dos reinos cristãos hispânicos medievais como sinônimo de *fortaleza*. A forma *alcázar* que vemos na denominação oficial vem usando-se desde pelo menos o século XVIII (figura assim no *Catastro de Ensenada*, 1752) e poderia estar condicionada pela língua castelhana; na documentação medieval registra-se como *alcácer*, com a forma coincidente com o português: *en Millmanda a su a igreja de santa Maria do Alcaçer* (Ramirás, ano 1329, TMILG); *en na dita vila de Millmanda (...) en o eirado dante a torre do conçello. Et aynda uos damos o nosso soar que esta a su a a dita torre (...) et do outro cabo parten con eixido da igreja de santa Maria do Alcacer* (Ramirás, ano 1339, TMILG).

Noutros lugares, a imposição de um novo topônimo pelo rei substituiu o antigo nome da vila. Em Milmanda, a vila não mudou o nome porque não havia vila prévia; mas mudou o nome da freguesia. A documentação medieval dos mosteiros de Celanova e Ramirás permite deduzir que o alcácer de Milmanda se construiu no século XII em terras de uma freguesia denominada naquele tempo *Carracedo*, parte de cujo território, com o alcácer, passou a formar freguesia autônoma sob o orago de Santa Maria. Na atualidade *Carracedo* é um dos núcleos habitados de *Santa Eufemia de Milmanda* e nesse lugar residiu a câmara ou casa do concelho de Acevedo do Ríó até a década de 1930. Contém no seu nome um derivado coletivo de *carrizo* ‘espécie de junco’, formado sobre o latim *CAREX* (NAVAZA, 2006, p. 212): um fitotopônimo, relativo à flora, com o sufixo correspondente ao latim *-ĒTUM*.

Se para a data de nascimento do nome da atual freguesia de *Santa Maria do Alcácer de Milmanda* podemos sinalar o ano de 1199, ignoramos em que momento deixou de chamar-se *Carracedo* a freguesia contígua e passou a ser também *de Milmanda*, seja com o orago de Santa Eufêmia seja com outro anterior, talvez San Martinho, pois *San Martiño* é o nome doutro dos núcleos habitados de Santa Eufemia de Milmanda. Nessa freguesia tinham um celeiro as freiras de Ramirás e na sua documentação continuam usando o velho nome décadas depois do foro de Milmanda: *o nosso celeiro de san Martinu de Carracedo* (Ramirás, ano 1287, TMILG).

### **Monforte de Lemos, 1199**

A documentação medieval transcrita por Carlos Rodríguez Fernández em *La colección diplomática de San Vicente del Pino* (1990) permite estabelecer sem dúvida que o nome de *Monforte (de Lemos)* nasceu no ano 1199. A denominação anterior da povoação era *Pino (O Pino)*, que sobreviveu no nome do mosteiro (*San Vicente do Pino*) situado no seu núcleo urbano. Com isso contradiz-se uma opinião muito estendida que o considerava topônimo patrimonial, antigo.

Monforte de Lemos identifica-se tradicionalmente com a antiga *Dactonium* das fontes clássicas (Plínio, *Naturalis Historia*, IV, 112; Ptolomeo, *Geographia*, II, 6, 25), a principal povoação do povo dos *Lemavi*, que ocupavam o ângulo nordeste da confluência dos rios Sil e Minho. Este etnônimo pré-romano, céltico, deu nome à comarca (*Lemos < LÉMAVOS*), onde tem remota origem o sobrenome toponímico correspondente, que com a Reconquista conheceu notável difusão na onomástica espanhola e portuguesa.

Na documentação medieval anterior a 1199, o nome da povoação aparece em latim como *Pinus* ou *Pinum* (alguma vez *Pinum*). Se fosse o fitônimo latino *PINUM*, o pinheiro,



então a forma romance *Pino* (e não \**Pinho*) seria um castelhanismo ou bem um cultismo latinizante, talvez condicionada pelo ambiente eclesiástico (no mosteiro de *San Martiño Pinario* /pinário/, em Compostela, o exato equivalente a *pinheiro* chegou até hoje na forma latina). Mas o próprio relevo de Monforte, uma elevação sobre as planícies da Terra de Lemos, faz mais verossímil que o topônimo contenha o adjetivo *pino* ‘empinado, elevado’, comum a galego, português e espanhol e de etimologia controvertida (DCECH, s.v. *pina*).

No ano 1191, em documento dado em Cenlle (Ourense), Afonso IX tinha concedido ao mosteiro de San Vicente do Pino certos direitos sobre a vila ou burgo de *Pino*: *Ego Adefonsus Dei gratia rex Legionis et Gallecie (...) concedo et confirmo Deo et monasterio Sancti Vincentii de Pinu (...) tertiam partem de populatura de Pinu* (GONZÁLEZ, 1944, p. 68, nº 41).

Em 1193 o mesmo rei, estando na própria vila quando ainda não se chamava Monforte, emitiu o documento de doação da vizinha freguesia de Santa Maria de Salvador à confraria de Roncesvales. Nela lemos: *fakta karta apud Pinnum* (ano 1193, GONZÁLEZ, 1944, p. 101, nº 66).

Não se conserva o documento da carta de foro de Monforte, mas deduzimos que se deveu de produzir em setembro de 1199, ao tempo que o rei lhe concede ao mosteiro de San Vicente do Pino as igrejas da povoação a câmbio de lhe retirar os direitos que vimos atrás, concedidos em 1191. É um procedimento habitual que acompanha a concessão de foros régios, pelo qual o rei oferece compensações ao senhor eclesiástico da vila (o bispo ou um mosteiro regular) pelas perdas que vão experimentar os seus interesses a causa da nova situação administrativa e os novos direitos dos povoadores. Se o modelo empregado em Monforte for o de Benavente, então é verossímil que o seu texto não contivesse nenhuma referência à mudança de nome, mas esta resulta evidente no documento das compensações dadas ao mosteiro de San Vicente, emitido o dia 20 de setembro de 1199 na vila de Chantada (Lugo), pois fala expressamente de “Monforte, que noutro tempo (*olim*) se dizia Pino”:

*Ego Adefonsus, Dei gratia rex Legionis et Gallecie, una cum uxore mea refina domina B[erengaria], per hoc scriptum notum facio universis presentibus et futuris quod concedo et confirmo Deo et monasterio Sancti Vincentii de Monteforti, quod olim dicebatur Pinus, totas ecclesias ipsius ville... // ...pro eo quod idem monasterium habere solebat in burgo ipso de Pinu...* (GONZÁLEZ, 1994, II, p. 190-191, nº 133)

A partir de 1199, a povoação só se registra com o novo nome. O mosteiro, porém, não mudou a sua denominação e continuou se chamando *do Pino* até hoje. Não é excepcional esta negativa do poder eclesiástico a secundar as modificações toponímicas impostas pela monarquia. Já em 1170, Fernando II, pai de Afonso IX, pretendia mudar o nome da cidade episcopal de Tui pelo de *Boaventura* (*Bonam Venturam*) com motivo da concessão de foro aos seus povoadores, mas a pronta restauração do senhorio episcopal deixou sem efeito o foro e a mudança de topônimo (NAVAZA, 2016, p. 111). Como veremos mais adiante, quando Afonso IX impôs em 1208 um novo nome para a vila e porto de *Faro* (a atual cidade da Coruña), a administração eclesiástica continuou empregando, e continua na atualidade, o velho nome como denominação oficial do arciprestado, e o mesmo aconteceu na diocese de Tui, que também conservou no nome dum arciprestado o antigo nome da vila da Guarda.

Igual que em *Milmanda*, o rei acudiu aqui ao repertório toponímico militar medieval da França, onde há uma dúzia de povoações chamadas *Monfort* ou variantes, muitas delas



documentadas pela primeira vez nos séculos XI e XII (DAUZAT/ROSTAIN, 1978, p. 473). É um termo composto que contém nos seus elementos referência ao poder militar do lugar e à sua orografia, tanto em língua francesa como em qualquer outra das línguas neolatinas. E também como em *Milmanda*, não era a primeira vez que se usava na península ibérica esse nome para impor nova denominação a castelos e fortalezas. O mais antigo que registramos está no foro concedido à povoação de *Nomam* (hoje chamada *Castelo de Numão*, no distrito português da Guarda) por Fernão Mendes de Bragança, cunhado do rei Afonso Henriques, no ano 1130. Não dispomos doutra informação que o permita confirmar, mas o contexto em que aparece o nome, “Nomão, dito ou apelidado Monforte” (*Nomam cognomento Monforte*, PMH I, 368) faz pensar num propósito de mudança de topônimo que depois não chegou a se consolidar. Outros *Monforte* portugueses (nos distritos de Castelo Branco e Portalegre, junto com um terceiro *Monforte de Rio Livre*, hoje *Santo António de Monforte*, próximo da fronteira com a Galiza) são posteriores; o primeiro recebeu foro de Afonso III o Bolonhês em 1257 (PMH I, 670), o terceiro em 1273 (PMH, I, 730).

No leste peninsular já tinha usado em 1157 esse nome (*Monfort* em catalão) o conde de Barcelona Ramon Berenguer IV (de quem Afonso IX de Galiza e de Leão era sobrinho-neto) quando outorgou foro e carta de povoamento aos moradores de uma vila e fortaleza situada no lugar de uma antiga fortificação muçulmana (BAIGES, 2010, p. 1658; MÉNDEZ, 2017, p. 372) na atual província aragonesa de Teruel. Hoje a povoação chama-se oficialmente *Monforte de Moyuela*.

Em território leonês existe outro *Monforte* (hoje *Monforte de la Sierra*, província de Salamanca), que provavelmente também deve o seu nome a Afonso IX de Galiza e de Leão, segundo Luz Méndez, pois este rei tinha dado carta foral (ano 1213) e sinalado os limites (ano 1215) da vizinha povoação de Miranda del Castañar, à cuja jurisdição pertenceu Monforte de la Sierra até o século XVIII (MÉNDEZ, 2017, p. 373).

Apesar de que nos documentos em latim o topônimo se registra sempre com a forma plena dos dois elementos do composto (*mons fortis*, *montem fortem*, *montefortem*), devemos interpretar que em todos os casos essas grafias representavam desde o início uma pronúncia /monforte/ em galego, português ou castelhano, com o primeiro elemento apocopado (*monte-* > *mon-*). Na toponímia tradicional galega dos compostos com um primeiro elemento *monte-* convivem os resultados dos tipos *Moncalvo* e *Monte Calvo*, mas são muito mais abundantes os segundos, com as formas plenas. Nos distintos topônimos *Monforte* do centro e o ocidente da península ibérica, a origem francesa do modelo explica a sistemática aplicação da forma apocopada.

### **Baiona, 1201**

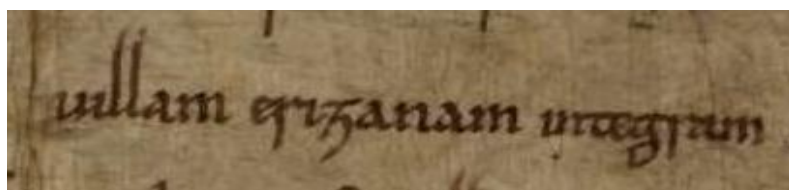
O sete de maio de 1201, estando na Coruña quando ainda se chamava Faro, Afonso IX outorgou foro à vila denominada em latim *Erizana*, porto de mar situado na ribeira meridional da Ria de Vigo, que por esse foro passou a chamar-se *Baiona*. Antes dessa data, em documentos régios e do mosteiro de Santa Maria de Oia, a vila e o seu porto registram-se em latim com o nome de *Erizana*, como nas doações de Afonso VII nos anos 1130 e 1137 (PARES, AHN CLERO, Car.1794 N.2 e N.3), mas desde 1201 já aparece sempre o novo nome de *Baiona* ou *Bayona*. Perdeu-se o documento original do texto foral, em latim, mas era bem conhecido por uma paráfrase e comentário do século XVII, da autoria do bispo tudense Prudêncio de Sandoval, e uma transcrição parcial do século XIX, também comentada, do





historiador Ávila y La Cueva. Hoje conhecemos outras cópias conservadas na documentação manuscrita do mosteiro de Santa Maria de Oia.

O foro de Baiona não segue o modelo de Benavente, senão que é uma variedade exclusiva, e faz explícita a mudança do topônimo: *et impono eadem villam de novo nomen Baionam* (ÁVILA, 1995, II, p. 117; NAVAZA, 2017, p. 106). A carta foral de Baiona foi dada em *Faro*; desde o século XIX toda a literatura que a menciona diz que esse *Faro* é uma das Ilhas Cíes, mas é erro originado em Ávila y la Cueva; na realidade a ilha tinha naquele tempo o nome de *Santo Estevo de Sías*. O lugar chamado *Faro* é a atual cidade da Coruña antes de que o próprio Afonso IX mudasse o seu nome para lhe impor o de *Crunia* (NAVAZA, 2016, p. 130).



...villam Erizanam integram (ano 1137)

A forma *Erizana* dos documentos é latinização artificiosa de um *Iriçã* romance, que hoje seria *Irizán* /iri'saŋ/ no galego local. A falta de um estudo mais detalhado que descarte a possível origem antroponímica com sufixo latino -ANA (cf. o vizinho *Nigrán*, de uma VILLA NIGRANA, do nome pessoal *Niger*), consideramos mais verossímil que o topônimo seja um derivado do substantivo comum latino ERICIUM mediante o mesmo sufixo. Um zootopônimo motivado pela fauna marinha de Baiona, onde ainda são abundantes os ouriços de mar.

A carência de registros romances do velho topónimo fez popular essa forma *Erizana*, que até nomeia o clube de futebol local. Mas essa era uma grafia convencional para representar em latim o nome popular. Possuímos atestação da forma romance num documento do mosteiro de Oia do ano 1351 que insere o traslado doutro de 1339 e onde se pode ler: *con las jglleias de Hiriçã a que ora dizen Bayona*; e mais adiante, no mesmo documento: *a dita décima parte do portádigo & coomas da dita villa de Bayona, que ante era chamada Hiriçã* (AHN, Clero, Car.1827, N.21).

Apesar das dificuldades fonéticas que representava o -n- intervocálico de *Baiona* para lhe supor uma origem antiga, e de ser feito conhecido que esse nome substituiu em 1201 outro anterior (na própria vila, um monumento urbano com estátua de Afonso IX contém a frase da carta foral relativa à mudança toponímica), até há pouco tempo ainda se formulavam hipóteses etimológicas que o supunham patrimonial e que já estaria na toponímia local antes de 1201, acaso dando nome a uma parte de *Erizana* ou a um pequeno lugar imediato, e que se não se registrava por escrito antes de 1201 era por simples azar, pelas carências da documentação conservada. Já não se pode manter hoje essa opinião, tanto pela informação que chega a coleção diplomática do vizinho mosteiro de Santa Maria de Oia quanto porque sabemos que os reis medievais nunca recorreram à toponímia local para escolher o novo nome imposto às vilas reguengas com a concessão dos foros. Igualmente, não deve haver dúvida de que o nome de todas as *Baiona* e *Bayona* peninsulares, incluída a desaparecida *Bayona de Tajuña* (hoje *Titulcia*, perto de Madrid), constitui um eco medieval da cidade francesa homônima (*Baiona* em basco, *Baiona* em gascão, *Bayonne* em francês). Para esta Baiona



originária, a etimologia mais difundida, não isenta de controvérsia, relaciona o topônimo com o basco *ibai* ‘curso de água’<sup>6</sup> (NAVAZA, 2017, p. 109).

Na documentação medieval em latim e em romance, o nome da povoação galega aparece com a forma simples, com a vacilação meramente gráfica *de Bajona*, *Bayona*, *Baiona*. Às vezes também se acrescenta o complemento “de Miñor” (como outras freguesias próximas: *Santa Cristina de Miñor*, *Parada de Miñor*, por estarem no vale desse rio): “*Eu Vidal Domínguez, notario plúbico do concello de Bayona de Miñor...* (ano 1303, AHN, Clero, Car.1809, N.4). O nome do rio *Miñor* (Minhor), que dá nome à comarca do seu vale, é um hidrônimo de origem pré-histórica e considera-se derivado da mesma raiz indo-europeia presente no nome do rio *Minho* e doutros rios da Europa (BASCUAS, 2015, p. 225; NAVAZA, 2017, p. 85).

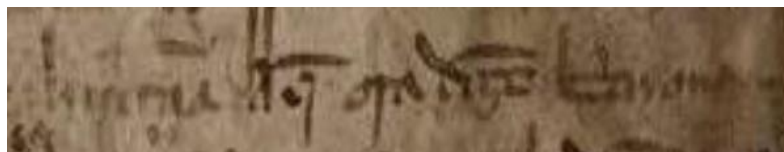
A escolha do nome de *Baiona* para um porto de mar a começos do século XIII tem seguramente uma intenção augural, como expressão do desejo de que a vila e o seu porto cheguem a emular a Baiona francesa do Golfo de Gascunha, que no século anterior se tinha convertido no principal porto europeu do Atlântico. Contém ao mesmo tempo uma homenagem do rei à estirpe da sua segunda esposa Berenguela, filha de Afonso VIII de Castela e neta por via materna de Leonor de Aquitânia. Sem desdenhar essas razões, noutra trabalho (NAVAZA, 2016, p. 137) defendo que o prestígio do nome *Baiona* naquele tempo, com as conotações de porto próspero e internacional e, o que é mais importante, vinculado às origens legendárias das peregrinações a Compostela, que falavam da suposta intervenção de Carlomagno no culto ao apóstolo, procedia em realidade de um livro escrito em latim na Galiza do século XII e do qual correram cópias e traduções por toda a Europa medieval: a *Historia Turpini*, também conhecida como *Pseudo-Turpin*, um dos livros que compõem o *Codex Calixtinus* ou *Códice Calixtino* da catedral de Santiago de Compostela.

Do texto latino da *Historia Turpini*, que data de mediados do século XII, há tradução galega de finais do século XIV ou começos do XV, incluída no volume conhecido como *Mirages de Santiago*. Nessa versão em galego, a *Baionam* do original latino aparece parafraseada como “Baiona dos bascos” ou “Baiona a velha” (NAVAZA, 2016, p. 137). O mesmo livro da *Historia Turpini* serviu de inspiração para Afonso IX noutras ocasiões em que renomeou vilas galegas com motivo da concessão de foros, como veremos a seguir.

Durante a Idade Média, o porto de Baiona disputava-lhe ao da Coruña o primeiro lugar entre os portos do rei em Galiza. Baiona foi a primeira povoação europeia que conheceu a existência do Novo Mundo transoceânico, pois ao seu porto arribou a caravela *Pinta* depois da primeira viagem de Colombo, e tem visos históricos a lenda local que diz que no campo santo da sua igreja colegiada descansam os primeiros americanos que chegaram na Europa.

---

<sup>6</sup> A vila e porto da *Baiona/Bayonne* francesa em tempo dos romanos era *Lapurdum*. Com o nome de *Baiona* ou *Bayona* apenas se registra desde o reinado de Sancho III rei de Navarra, Sancho Garcés o Grande, que reinou em Pamplona entre 1104 e 1035, quando Baiona era o porto principal do reino de Navarra. A cidade conheceu uma época de esplendor no século XII, em tempos de Leonor de Aquitânia, rainha dos francos e depois rainha consorte de Inglaterra. O porto esteve baixo domínio inglês até o século XV.



*hiriçãa, a q ora dizē bayona* (ano 1339)

## Viana do Bolo, 1206

*Viana do Bolo* é uma vila e concelho do leste da província galega de Ourense. O nome de *Viana* registra-se desde o século XIII, tanto para denominar a vila como para o seu território (*Viana, Terra de Viana, Terras de Viana*), que constituiu no Antigo Regime um partido e uma jurisdição no civil, no eclesiástico um arciprestado. A condição fronteiriça entre os antigos reinos de Galiza e de Leão marca a história da terra de Viana, que com as vizinhas de Valdeorras e Trives em diferentes momentos da história dependeram do poder leonês, e na administração eclesiástica seguem pertencendo hoje à diocese leonesa de Astorga. O complemento com preposição (*do Bolo*) que leva o atual nome oficial do concelho incorporou-se por Real Decreto em 1916 (MÉNDEZ, 2017, p. 374), recuperando um uso que já tinha no Antigo Regime para a freguesia (“*Viana del Bollo*” no *Catastro de Ensenada*, ano 1752, PARES) e para a Jurisdição (“*Viana del Bollo*” no *Nomenclátor de Floridablanca*, 1789).

Para o estudo do topônimo *Viana* e do seu emprego na Idade Média, a carência de documentação relativa à vila vem compensada pelos registros que possuímos referidos ao território. Antes do século XIII, a área geográfica correspondente ao que depois se chamou terra, partido ou arciprestado de Viana aparece nos documentos em latim como *Rouoreta, Rouoreda, Roureda* e variantes, que representam um étimo ROBORĒTA, derivado do latim ROBŌREM ‘carvalho’ com o sufixo coletivo latino –ĒTA. Podemos ter uma ideia aproximada da sua extensão pela relação de igrejas que um documento do século XI situa no seu vale: *In valle Rovoreda, Caldesinus, Sancto Iohanne, Sorveira, Omoso, Castro Malo, Cella Valenti* (ano 1029, Celanova nº 457, CODOLGA). São freguesias que hoje pertencem ao concelho de Viana (Caldesiños, Solbeira e Quintela de Umoso) e aos contíguos da Veiga (Seoane e Castromao) e do Bolo (Celavente).

Nos inícios do reinado de Afonso IX, pouco antes da concessão da carta foral, e com ela da mudança que instaura o nome *Viana*, o *tenente* da terra de *Rovreda* em nome do rei era *Velascus Fernandiz*, que também aparece como tenente das vizinhas terras do Berzo e às vezes das de Santo Estevo de Ribas de Sil: *Uelascu Fernandiz, tenens Bergidum cum Roureda et Sancto Stephano de Ripa de Sil* (ano 1188, Tombo A Catedral Santiago, CODOLGA), *Uelascu Fernandi tenens Bergidum cum Roureda* (ano 1189, idem; GONZÁLEZ, 1944, II, p. 44). O mesmo corônimo segue usando-se para designar o território depois de imposto o nome de *Viana* para a vila (*Viana en Roureda*, ano 1209; GONZÁLEZ, 1944, II, p. 340) e podemos documentar esse uso até o século XV em documentos em galego. Tiramos os seguintes exemplos do TMILG: *Lourenzo Moniz de sua mano meiriño em Roureda*, ano 1255; *Gonçalo Yanes de Roureda, meu parente e amigo*, ano 1280; *herdades que eu ajo en Rovreda e enas Frieyras*, ano 1417; *señor de Monforte e de Robreda*, ano 1419.



Da documentação medieval do mosteiro de Montederramo (LORENZO, 2017) tiramos estes outros: *tenente Roboreda (...) archidiacono de Roboreda Pelagius Iulianiz*, ano 1229; *arçidiago em Triues et em Rroureda don Arias Paes*, ano 1275, *teendo Triues et Rroureda jnfante don Sancho*, ano 1275.

O complemento que porta hoje o topônimo (*Viana do Bolo*) nasceu, como vimos atrás, no Antigo Regime. No medievo registramos às vezes *Viana* com o corônimo como complemento: *Affonso Aras, notario público em Viana de Roureda por nosso señor o conde dom Enrrique* (ano 1351, Montederramo). A denominação *Viana do Bolo* nasceu talvez porque já não se reconhecia o velho corônimo, pois em caso contrário chegaria até hoje como *Viana de Robreda*. Na toponímia patrimonial, nos complementos com preposição o segundo elemento é habitualmente coronímico e há entre o primeiro e ele uma relação de pertença. Os nomes atuais de freguesias e concelhos galegos compostos de um complemento motivado por uma relação de proximidade, onde o segundo elemento é o nome de uma povoação vizinha (*Viana do Bolo, Paderne de Allariz, Piñor de Cea...*) são relativamente recentes, criações administrativas do Antigo Regime ou posteriores.

Hoje o topônimo teria a forma *Robreda*, como o resultado patrimonial local. A queda da vogal pré-tônica diverge do resultado comum na toponímia galega para o latim ROBORETUM, ROBERETAM, que conserva a vogal (*Reboreda, Reboreda*). Como nos registros medievais em galego não vemos dissimilação de consoantes líquidas R-R / R-L, fenômeno que sim se registra na documentação em castelhano (*Robleda*), consideramos formas interferidas por essa língua as doutros topônimos galegos atuais da mesma zona oriental da província de Ourense fronteira com Leão e pertencentes à mesma família léxica de ROBUR, como o nome das freguesias de *Roblido* (concelho da Rúa de Valdeorras), *Robledo* (em Carballeda de Valdeorras) e *O Robledo da Lastra* (em Rubiá).

Os topônimos galegos *Rebordaos* (duas freguesias e cinco povoações com esse nome no *Nomenclátor de Galicia*) ou *Rebordáns* (uma freguesia e duas povoações) e um *Rovordãos* português (Rio Tinto, Gondomar, Porto) são resultado do adjetivo gentílico correspondente ao latim ROBORETANOS. A procura de uma origem geográfica dos povoadores medievais que suscitaram esses topônimos sempre se centrou em lugares chamados *Reboreda* ou *Reboreda* (duas freguesias e uma dúzia de povoações); dado o que levamos visto, devemos considerar também a possível origem na *Terra de Robreda*, pois são muitos os topônimos medievais dessa classe que derivam de um corônimo com o sufixo resultante de -ANOS ou -ENSES, sinalando a procedência dos povoadores pela terra ou comarca, não pela povoação concreta: *Cambeses* (de Camba, Pontevedra), *Castelaus* (de Castela, Ourense), *Asturaos* (das Astúrias), *As Maos* (< ASMANOS, de terra de Asma, em Chantada, Lugo).

A partir do século XVI já não registamos o corônimo com a forma galega que aparecia na documentação medieval. Na administração civil a antiga *Terra de Rovreda* pasa a denominar-se com o nome da vila (*de Viana*) enquanto na administração eclesiástica sobrevive a velha denominação, pero já com a forma alterada por dissimilação consonântica, o resultado castelhano: *Robleda*. No *Censo de población de las provincias y partidos de la corona de Castilla en el siglo XVI*, realizado no ano 1594, a vila de Viana faz parte, no civil, da chamada *Tierra de Viana*, integrada na “Provincia de las Tierras del Conde de Benavente” e no eclesiástico, esta terra forma o *Arciprestazgo de Robleda* (GONZÁLEZ, 1829, p. 24, 180). No século XIX já era oficialmente *Arciprestazgo de Viana*, e com esse nome chegou até finais do XX para desaparecer integrado no Arciprestado da Rúa de Valdeorras.



As carências documentais não permitem estabelecermos com completa certeza a data de nascimento do nome da vila de *Viana*, anterior ao uso coronímico como nome de Terra, Concelho, Jurisdição, Partido ou Arciprestado de Viana. Podemos fixar um *terminus ante quem* em 1209, no primeiro registro escrito do topônimo de data certa; é o documento em que Afonso IX doa as igrejas construídas e por construir em Ponferrada, Castro Ventosa e Viana ao bispo de Astorga como compensação dos danos causados pelas concessões de foro (*populationes*) desses lugares:

*Et in recompensatione damni et jacture gravissime que astoricense ecclesie accidit et evenit ex populationibus de Ponferrato et de Castro Ventosa in Bergido et de Viana in Roureda, dono atque concedo (...) omnes ecclesias de Ponteferrato et de Viana constructas et construendas* (GONZÁLEZ, 1944, II, p. 340).

Julio González, no estudo que precede a coleção documental de Afonso IX, diz que o rei “hacia 1205 hacia la repoblación de Viana, cerca de Robledo; por agosto de ese año donó a la catedral de Astorga las iglesias que en ella se construyesen” (GONZÁLEZ, 1944, I, p. 255); na mesma obra, no segundo volume, emenda o erro no topônimo e na data: *Robleda* (non *Robledo*) e 1206 (GONZÁLEZ, 1944, II, p. 776-777). Não se conserva o documento que continha essa informação de 1206, talvez perdido no incêndio do arquivo de Astorga em 1809, daí que González se limite a recolher esses dados da *España Sagrada* (vol. 16, *Astorga*), segundo se indica em nota. Nesta fonte lê-se: “otra donación fue la de las iglesias que se construyesen en tierra de Viana, en Robleda, Ponferrada y Laguna del Páramo, en recompensa de los graves daños que resultaron a la santa iglesia por las poblaciones que el rey hizo en las expresadas tierras, defraudándola de iglesias y de hombres que eran suyos. Dada en León por Agosto del 1206” (FLÓREZ, 1787, p. 227). Não podemos saber se no texto de 1206 já estava o nome de Viana ou se Flórez escreve “Viana, en Robleda” porque conhece o citado documento de 1209, que faz efetiva a doação das igrejas. Por esta razão sugerimos o ano de 1206 (NAVAZA, 2016, p. 135) como data do estabelecimento do nome de *Viana* para a atual Viana do Bolo, mas com cautela, pois só temos certeza do registro de 1209.

A muita distância da Galiza, e ao final da década seguinte, em 1219, o rei de Navarra Sancho VII o Forte concedeu foro á povoação de *Viana*, Navarra, situada no Caminho de Santiago. É comumente aceitado que foi o foro o que instituiu o nome para a vila construída pelo rei onde previamente havia um hospital para peregrinos. Pedro Duque, na sua edição do *Fuero de Viana (Navarra)*, lembra os antecedentes remotos dessa vila e doutras povoações vizinhas que nasceram à beira do Caminho de Santiago nessa zona próxima de Pamplona no século XII e começos do XIII e escreve:

*Alfonso I El Batallador (1104-1134) insta al obispo Sancho de Larrosa a la fundación de Roncesvalles y la erección de una red de centros asistenciales desde Valcarlos hasta Cuevas. Las ordenes monásticas fueron poblando de albergues y hospitales los pueblos del recorrido. En la Alberguería, en la llanada que comienza al pie del cerro sobre el que se alza Viana, y junto al cementerio de hoy, descansaban unos...* (Duque, 1074, p. 410).

Se o nome da Viana de Navarra nasceu em 1219 com esse foro, então é a Viana galega (do Bolo), que já tinha esse nome desde a década anterior, a que inaugura o emprego do nome de *Viana* para diferentes povoações na Península. Nos topônimos *A Guarda / La Guardia*, como vemos depois, há também coincidência na escolha de Afonso IX e Sancho VII de





Navarra, e os favores que o primeiro concedeu em terras galegas aos freires de Roncesvales, confraria amparada pelo rei navarro, revelam a relação e colaboração entre os dois monarcas na comum promoção do Caminho das peregrinações a Compostela. Para alguns dos topônimos *Viana* formularam-se hipóteses etimológicas que os associavam à hidronímia pré-latina, a pesar das dificuldades que oferecia a identidade de formas em territórios onde não há o mesmo resultado para o *-n-* intervocálico, igual que acontece com os topônimos *Baiona/Bayona*. Na *Viana* de Navarra é evidente não só a relação com o Caminho de Santiago, mas também, segundo vemos na cita, com outros topônimos vizinhos como *Roncesvales* ou *Valcarlos*, inspirados nas lendas carolíngias do Caminho, difundidas desde Compostela com a *Historia Turpini*, o livro IV do Códice Calixtino. Nas últimas décadas vinha tendo aceitação a hipótese que considerava o nome da *Viana* navarra um eco da cidade francesa de *Vienne*, em Isère, Ródano-Alpes (Belasko, 1996 s.v.), chamada *Viana* em occitano. Em última instância é essa a origem, mas a *Viana* que moveu os reis cristãos peninsulares a usar esse nome não foi a cidade real, foi a *Viana* literária da *Historia Turpini* (*Vienna* no texto latino, do século XII, *Viana* na versão medieval em galego incluída nos *Miragres de Santiago*). Segundo a narração do calixtino, nessa cidade reside o bispo Turpin, amigo de Carlomagno, quando recebe a encomenda de contar por escrito como o Imperador “librou as terras de Espanha e de Galiza do poderío dos mouros”, em palavras da versão galega medieval.

Não me detenho aqui na geografia e as cronologias dos registros escritos de todas as outras *Viana* peninsulares, que a falta de documentação que o contradiga considero também medievais mas posteriores à galega e à navarra. Outra *Viana* galega, freguesia em Chantada, deve-se provavelmente também a Afonso IX, quem tinha em Chantada e no seu mosteiro de San Salvador de Asma um dos seus centros de atuação e favoreceu as igrejas da zona, mas ainda não dispomos de informação documental suficiente. A que não oferece dúvida como nome medieval imposto pelo rei é a *Viana* portuguesa, hoje *Viana do Castelo*. Recebeu o nome, no ano 1262, de Afonso III o Bolonhês, quem aplicou o modelo do foro inaugurado por ele mesmo esse ano em Valença (*concedo vobis populatoribus de Viana presentibus et futuris pro foro forum de Valencia*) e, igual que no modelo valenciano, deixa constância de que por esse documento a freguesia de *Santa Maria da Foz de Lima*, e concretamente o seu lugar chamado *Átrio*, passa a se denominar *Viana* pela sua real vontade: *volo facere populam in loco qui dicitur Atrium in foce Limie cui popule de novo impono nomen Viana* (VENTURA/OLIVEIRA, 2006, p. 325-326).

O nome de *Viana*, além das conotações adquiridas no livro de que foi tomado, as quais associam o topônimo com as lendas carolíngias do culto a Santiago e com as peregrinações, podia se interpretar ou etimologizar (no sentido da *arte etimológica* de Isidoro de Sevilha) como um derivado do latim *VIA* ‘caminho’ e em consequência ser nome ajeitado para qualquer lugar relacionado com a rede viária. A mesma razão fez da concha da vieira o símbolo da peregrinação a Compostela; embora seja literatura em latim no século XII a que assenta essa simbologia, quando o latim era a única língua da escrita, na realidade nasceu na língua galega falada na Compostela daquele tempo, pois era no galego *vieira* onde se dava a confluência dos resultados de, por um lado, o latim *VENEREA* ou *VENERIA*, o nome da concha, um adjetivo derivado de *VENUS*, e por outro o também latino *VIARIA*, o adjetivo derivado de *VIA* ‘caminho’.



**Figura 1: Ego A[defonsus] dei gratia Rex Legionis et Gallecie...  
[signum do rei num documento de Ribas de Sil, ano 1214]**



Fonte: AHN (Archivo Histórico Nacional, Madrid). Tirado de PARES [<http://pares.mcu.es/>]

### **A Coruña, 1208**

O nome da cidade da Coruña<sup>7</sup> era até há pouco tempo um topônimo de origem e etimologia duvidosas; a opinião mais estendida considerava-o pré-romano. Num trabalho recente (NAVAZA, 2016), ao qual remito para os pormenores, exponho que o topônimo é também um dos novos nomes impostos por Afonso IX às suas vilas galegas com motivo da concessão de um foro de povoamento. O foro da Coruña concedeu-se em 1208 e nessa data nasceu o novo topônimo (*Crunia* em latim; em romance com nasal palatal e artigo desde os primeiros registros: *A Cruña* em galego, *La Cruña* em castelhano). O nome anterior da vila era *Faro*, que à sua vez tinha substituído o topônimo pré-romano, céltico, de *Brigantium*. O rei tirou o novo topônimo do nome de uma cidade que se menciona entre as conquistas galegas de Carlomagno na *Historia Turpini*. Novamente foi o mundo do culto a Santiago e das peregrinações o que motivou a escolha de Afonso IX para dar novo nome à vila realenga. A própria *Historia Turpini* já fora usada pelo rei como fonte do nome de *Viana*.

De acordo com a documentação medieval, a vila chamava-se *Faro* até 1208 e o topônimo *Crunia* não tinha existência prévia na toponímia local. No século XII, o lugar que aparece com esse nome na *Historia Turpini* era um lugar desconhecido. A invalidação dos registros do topônimo supostamente anteriores a 1208, por erros de leitura ou datação e por falsas identificações, que ocupa várias páginas no trabalho mencionado, hoje já não seria necessária, visto que o CODOLGA atualizou a base de dados e corrigiu as datas de documentos que continham o topônimo, a maioria da coleção do mosteiro de Toxosoutos. Na atualidade (setembro de 2017) o CODOLGA só oferece para *Crunia* uma atestação datada antes de 1208; é um documento asturiano do século IX e o contexto em que aparece mostra que se refere a uma povoação asturiana e que *Crunia* deve ser erro de cópia ou de leitura por

<sup>7</sup> Além da cidade, é também o nome de uma das quatro províncias galegas: A Coruña, Lugo, Ourense e Pontevedra. No Antigo Regime foi sede da Real Audiência, a representação do poder real em Galícia.



*Coania*, o atual concelho asturiano de *Coaña*. O CODOLGA não inclui fontes literárias, por isso não aparece o *Crunia* da *Historia Turpini*, datável arredor de 1150. Se realizamos a busca de registros da forma *Clunia*, o CODOLGA também oferece já um único exemplo anterior a 1208, uma *villa de clunia* atestada no *Tombo velho* da catedral de Lugo e datada no século XII; pelo contexto também se deduz, com a identificação dos lugares que se mencionam, que corresponde a um topônimo *Cuíña* atual, de jeito que o *Crunia* do texto latino deve de ser um lapsus calami por *Culina*.

As formas escritas do topônimo no mesmo século XIII, nos reinados dos sucessores de Afonso IX, ofereciam irregularidades que dificultavam toda explicação. O *Crunia* latino dos documentos régios de 1208 e o romance *A Cruña* dos registros iniciais começam a apresentar novas variantes só umas décadas depois da instituição do topônimo: *Clunia* em latim, coincidente com o nome duma antiga cidade da Hispania romana (hoje *Coruña del Conde*, Burgos) e uma forma trissilábica em romance (*Curuña*, *Coruña*), talvez condicionada por essa mesma coincidência com o nome da povoação castelhana. Essas alterações de um topônimo tão recente obedecem a um processo que pretendeu, por parte da monarquia castelhana, apagar as conotações carolíngias do nome da povoação, já que o novo paradigma histórico que se impõe desde Castela na metade do século XIII com o cronista Ximénez de Rada, arcebispo de Toledo em tempos de Fernando III, não aceita como verdade histórica a participação de Carlomagno na Reconquista e condena os conteúdos da *Historia Turpini*, que antes se vinham considerando históricos e quase sagrados e agora são vistos como apócrifos e legendários. Só assim se explica que Afonso X o Sábio, que sem dúvida conhecia a documentação relativa à vila de Faro e à concessão do foro que lhe deu o novo nome de *Crunia/A Cruña* em tempos de seu avô, invente nas suas *crônicas* uma nova origem legendária para o topônimo, vinculando o histórico farol da cidade com Hércules e supondo que *A Cruña* (ou *La Cruña* em castelhano) deve o nome a um nome de mulher. Afonso X, com tudo, respeitou a forma do topônimo numa língua e na outra. Mas depois de morto Afonso X em 1284, no reinado do seu sucessor Sancho IV já começa a utilizar-se uma nova forma do nome, trissilábica. Não se conserva o primitivo texto foral de 1208, em latim, onde o nome da vila tinha que figurar como *Crunia*, pois assim aparece nos dois documentos contemporâneos conservados em que o rei oferece compensações à catedral de Santiago e ao mosteiro de Sobrado (CODOLGA). O que se conserva é um diploma com a confirmação de Sancho IV, de 1286; nele, em vez de reproduzir o nome tal como estava no documento original, usa-se já a forma trissilábica *Curunia*.

O processo de apagamento ou anulação dos mitos carolíngios, irradiado desde Castela, que provocou a alteração do nome da vila poucas décadas depois de imposto, é o mesmo processo que explica, por exemplo, o mito histórico da batalha medieval de Clavijo, cuja existência foi contestada pela historiografia, e que nós consideramos uma invenção de Ximénez de Rada destinada a modificar a interpretação de uma lenda carolíngia relacionada com o culto do apóstolo e que na altura do século XIII já tinha produzido abundante iconografia: a lenda conhecida como “sonho de Carlomagno”, que também faz parte da *Historia Turpini*<sup>8</sup>.

---

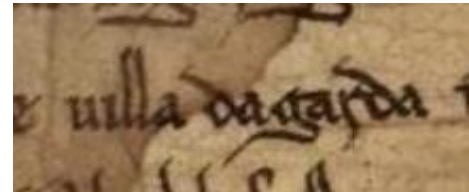
<sup>8</sup> O mito substitutivo denominou-se “el sueño del rey Ramiro” e foi atribuído a um rei de Astúrias. Vejam-se os frescos da capela de Santiago na basílica de Santo Antônio em Pádua, Itália, onde a visão “castelhana” levou a interpretar como relativa à batalha de Clavijo uma pintura que representa o prodígio da queda das muralhas de Pamplona (um episódio da *Historia Turpini*) e a denominar como “il sogno del Re Ramiro” a imagem da aparição de Santiago a Carlomagno, comum na iconografia francesa do século XIII. No *Codex calixtinus*, a vinheta que representava “o sonho de Carlomagno” foi mutilada.



Estas razões também explicam o estranho feito de que o *Crunia* que figura em latim na relação das conquistas de Carlomagno da *Historia Turpini* não aparece (e a omissão não pode ser casual) na tradução ao galego dos *Miragres de Santiago*.

### A Guarda, 1228?

A Guarda é um porto pesqueiro do extremo SW do território galego, na banda norte do esteiro do Minho. A escassez de documentos relativos a essa zona anteriores ao século XIV não impede estabelecer uma data bastante precisa para a origem do seu nome atual e identificar o nome antigo. As primeiras atestações que possuímos do nome atual, onde se registra como *villa da Garda*, datam do ano 1233 (AHN, Clero, Car.1799, N. 1)<sup>9</sup>, isto é, dos primeiros tempos do reinado de Fernando III o Santo, que já era rei de Castela quando obteve também o trono dos reinos de Leão e Galiza a partir de 1230, após a morte do seu pai Afonso IX em Sarria (Lugo). Em território galego, o novo rei Fernando III confirmou muitas cartas forais do seu pai, mas não temos notícia de que modificasse nenhum topônimo, pelo que devemos situar também no reinado de Afonso IX (1188-1230) a imposição do novo nome desta vila, que em origem apresentava a solução fonética que reduz o /gw/, como nos modelos franceses *La Garde* e como a que finalmente se consolidou no galego standard, mas que entrava em contradição com a fala local do Baixo Miño, que nesses contextos apresenta /gw/ como no português (*guardar*, *gadaña* e não os *gardar*, *gadaña* do galego comum).



Mesmo não dispondo do texto foral da Guarda, temos referências à sua concessão nos litígios que manteve durante décadas Santa Maria de Oia por causa das propriedades que foram do mosteiro e ficaram dentro da nova demarcação municipal. Nessas propriedades achavam-se, de um lado, certos bens pertencentes ao *Reguengo de Saa* (Saa é hoje uma povoação da freguesia de Camposancos, contígua à da Guarda) que duas décadas antes foram cedidos por privilégio de Afonso IX ao mosteiro junto com as igrejas de *Erizana* com ocasião do foro de Baiona em 1201 (Oia, AHN, Clero, Car.1796, N.11; GONZÁLEZ, 1944, II, 208-209) e doutro lado, propriedades dentro da mesma vila que Afonso IX lhe tinha comprado ao mosteiro a troco da quarta parte da igreja de *Caamones* (hoje *Camos*<sup>10</sup>) e uns casais em *Pandion* (hoje Panxón) no tempo da *pobrança* da vila ou concessão da carta de foro. Como Afonso IX não chegou a cumprir a sua parte do troco, Santa Maria de Oia solicitou o cumprimento ante o sucessor Fernando III, e em tanto não se cumpria reclamava ante o concelho as suas propriedades e para o seu abade os mesmos direitos dos povoadores da vila a participar nas decisões comuns, *como huun dos vizinos da Garda daquelas cousas que perteeçen a vezynança*, e fundamentava esse direito nas *herdades que o abade et o conuento auían priuylegiadas et gaanadas ante que a villa ffosse pobrada*, junto com outras propriedades *que les canbiou el rrey ou filou para pobrança da villa* (ano 1287, Oia, AHN, Clero, Car. 1807, N.17). Por *pobrança* devemos entender a concessão da carta de foro. Se o direito sobre as propriedades *privilegiadas e ganhadas* pelo mosteiro antes dessa carta

<sup>9</sup> No CODOLGA consta uma atestação de *la Guarda* do XII: “medietatem etiam de ecclesia de la Guarda”, de um documento dado em Tui por Afonso VII em 1137. É uma paráfrase inserida na confirmação de Afonso XI e a data do documento é realmente 1334 (Oia, AHN, Clero, Car.1826, N. 16).

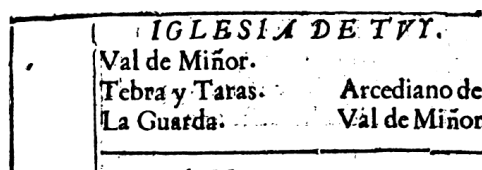
<sup>10</sup> Camos (Nigrán, Pontevedra). É o berço do sobrenome toponímico *Camões*.





remontava a 1201, as que foram *cambiadas ou filhadas* para a *pobrança* devem se datar em junho de 1228, data do documento dessa operação (troca *Pandion, Caamones* e outros por todo canto tem o mosteiro *in villa de Saa*) inserido noutro de Fernando III de 1232 (Oia, AHN, Clero, Car.1798, N.14; GONZÁLEZ, 1944, II, p. 649). Pelo tanto, esse ano de 1228 é a data mais provável do foro que impôs o novo nome à vila da Guarda.

A documentação relativa ao litígio entre o mosteiro de Santa Maria de Oia e o concelho realengo da Guarda também nos revela o nome anterior da vila, pois numa ocasião as mencionadas propriedades *cambiadas ou filhadas* pelo rei aparecem chamadas os *herdamentos rregeengos que o moosteiro vendera en Taraas* (Oia, AHN, Clero, Car.1807, doc. nº 16). *Tarás* é muito provavelmente o nome que tinha até o ano 1228 a vila da Guarda. Esse nome tinha também uso coronímico, como denominação de território, e nesse uso sobreviveu ainda com a forma *Tarás* vários séculos. Atestações medievais como as que reproduzimos na página seguinte mostram diferentes valores do uso coronímico deste nome: no físico designava o vale do extremo ocidental da beira norte do Minho, ao pé da citânia de Santa Trega, entre o vale do rio Tamuxe e o mar (o doc. do ano 1303 situa a povoação de *Pintán* no vale de Tarás); no administrativo, um território com *tenente* e no eclesiástico um arceprelado da diocese de Tui, que quando unido ao do vizinho vale de Tebra recebia o nome de *Arciprestado de Tebra e Tarás*. Com o passo do tempo, perdida a referência por esquecimento do velho nome da vila, ao se restaurar o arceprelado de Tarás separando-o do de Tebra, passou a chamar-se Arceprelado da Guarda, em tanto que o de Tebra manteve no seu nome o composto “*Tebra y Tarás*”, percebido como denominação alternativa do simples *Tebra*. Assim figura no libro de Prudêncio de Sandoval, bispo de Tui (1610: 414). No século XIX, o historiador Ávila y la Cueva, que só reconhecia o topônimo *Tarás* nesse composto, achava estranho não encontrar o arceprelado da Guarda nas divisões eclesiásticas medievais de Tui (Ávila y la Cueva 1995: II, 513; 531). Em diferentes momentos o tenente de Tebra é também o tenente da Guarda, mas em contextos como o “*Johannes Gundisaluu tenebat Tebra, Johannes Muniz, Tariaes*” do ano 1213, fica claro que eram terras diferentes.



P. de Sandoval (1610)

Eis algumas atestações do nome da vila e a sua terra, em ordem cronológica. A última, ainda que de 1323, contém traslados e referências a documentação anterior e faz menção de *um reitor da igreja de Tarás*: é a única prova firme que possuímos de que Tarás dava nome também a uma freguesia, ou de que a vila da Guarda tinha também pelo menos uma igreja e freguesia antes da concessão do foro e a mudança de nome:

ano 1156: *terra de Taraes, terra de Mineore, terra de Valle de Vice* (CODOLGA, España Sagrada)

ano 1186 (venda *da oitava de Villa de Saa...*): [facta carta] *in Tarais* (Oia, AHN, Clero, Car.1795, N. 10).

ano 1201: *Fernandus Petri Churruchano tenente Morgadanes, Iohannis Nuni tenente Taraes* (Oia, AHN, Clero, Car1796, N.11)

ano 1213: *Johannes Gundisaluu tenebat Tebra; Johannes Muniz, Tariaes* (Oia, AHN, Clero, Car.1797, N3).

ano 1225: *Tariaes tenebat domnus Petrus Johannis, Iudex Raminurs Menendi* (Oia, AHN, Clero, Car.1797, N.18)





ano 1233: *tenente uilla da Garda Martino Gil, iudices in ipsa uilla Petro Caluuo et Iohannes Pelagii* (Oia, AHN, Clero, Car. 1799, N.1)

ano 1245: *quantam hereditatem habemus in Taraes* (Oia, AHN, Clero, Car.1800, N.10)

ano 1254: *quantam hereditatem habeo in Sandiam et in Marciam et in Taraes et in termino de Taraes* (AHN, Clero, Car.1801, N.10)

ano 1257 *quantum habemus in Sandian et in Taraes et in suis terminis* (Oia, AHN, Clero, Car.1801, N.19)

ano 1261: *mandamos a uós, Joán Eanes, notario da Garda, que fazades cartas ou plazos entre nós & omees de Tharaes* (Oia, AHN, Clero, Car.1803, N.8).

ano 1287: *dos herdamentos rregeengos que o moosteiro vendera en Taraas* (Oia, AHN, Clero, Car.1807, N.16)

ano 1303: *lugar de Pintán con todas ssúas pertēenças que ias no valle de Taraes* (Oia, AHN, Clero, Car.1814, N.8.)

ano 1321: *Paulos Peres, notario yurado da Guarda de Taraes* (Oia, AHN, Clero, Car.1808, N.7).

ano 1323: Ffernandum Petri, *rectorem ecclesie de Taraes* (ano 1323, Oia AHN, Clero, Car.1822, N.15)

A forma oficial do topônimo sofreu vacilações ao longo do tempo. Como fica visto atrás, a variante imposta pelo rei no século XIII foi *A Garda*, em contradição com a solução dialectal local (*Guarda*). Até o século XIV registramos habitualmente *A Garda* na documentação de Tui ou de Baiona e também na local da Guarda quando o documento é do notário régio, mas se é local de particulares ou doutras instâncias aparece mais facilmente a verdadeira forma da fala, *Guarda*. No século XIV, no contexto das guerras entre Pedro I e Henrique de Trastámara, a vila deixa de ser realenga e, depois dum período de senhorio laico, passa a ter por senhor o bispo de Tui na década de 1370 (ÁVILA, 1995, II, p. 147). Nos escritos dos séculos XV, XVI e XVII registra-se habitualmente como *Guarda*, forma favorecida sem dúvida pelo feito de ser a usada em língua castelhana na burocracia civil e eclesiástica (*La Guarda*). No censo de 1594 lê-se *La Guarda, villa de La Guarda, Partido de la villa de la Guarda* (GONZÁLEZ, 1829, p. 40). A administração diocesana de Tui, que por outros casos é conhecida como poderoso agente castelhanizador da onomástica galega no seu território nos séculos XVII e XVIII, talvez é também a responsável da mudança desse topônimo secular, idêntico em galego, português e castelhano com a única diferença do artigo (*A Guarda / La Guarda*), substituído pela forma exclusivamente castelhana *La Guardia* no século XVIII. No “Interrogatório” do Catastro de Ensenada (1752-53), lê-se *La Guardia (Villa de La Guardia)* nas respostas da própria freguesia da vila, mas fala-se dela como *La Guarda* nas respostas das freguesias vizinhas (Ensenada, PARES: *Guardia; San Miguel de Tabagón; Salcidos*). No *Nomenclátor de Floridablanca* (1789) já é *La Guardia*. Esse foi o nome oficial que recebeu o concelho no século XIX, nome que continuou vigente até a década de 1980, em que a legislação derivada do *Estatuto de Autonomia de Galicia* estabeleceu a forma galega como única forma oficial dos topônimos galegos, neste caso para oficializar *A Guarda*, a forma que continuava viva no galego falado na zona.

O topônimo escolhido por Afonso IX para dar nome á vila galega da foz do Minho tem origem na cultura francesa medieval, o mesmo que outros nomes impostos por este rei. Se em casos como *Viana* ou *Crunia* optou por um nome original, aqui escolheu um nome de



repertório, que levava mais de um século usando-se na península ibérica como nome de fortalezas e vilas amuralhadas, mais de dois séculos na França. Dauzat e Rostaing trazem numerosos exemplos de praças militares francesas chamadas *La Garde* ou variantes e derivados, como os diminutivos *Lagardelle*, *Lagardiolle*, que se registram por escrito pela primeira vez nos séculos XI e XII (DAUZAT/ROSTAING, 1978, p. 310). É um termo de origem germânica, *wart* ‘guarda’, difundido desde o frâncico às línguas neolatinas a partir das formas latinizadas *wardia*, *warda*. Igual que na França, foi usado na toponímia hispânica medieval pelas conotações de ‘vigilância’ que também estão presentes nos correspondentes comuns da família léxica de *guardar*, *gardar*.

Na península ibérica parece que foi usado inicialmente como topônimo militar nas fronteiras dos reinos cristãos com os domínios muçulmanos e só mais tarde nas fronteiras entre reinos cristãos. O lugar onde se assenta a povoação de *La Guardia*, em Toledo, fazia parte das praças ocupadas por Afonso VI quando conquistou Toledo em 1085, mas não há constância documental de que já fosse esse rei quem lhe impôs o nome. Nesse caso seria a mais antiga das *Guarda/Guardia* peninsulares, ainda que não temos informação completa das *Guardia*, *Guardiola* do território linguístico catalão. As mais tardias, mas também medievais, são as andaluzas (*La Guardia*, município em Jaén; *La Guardia*, município em Granada). A vila basca de *La Guardia* (em Álava) recebeu do Rei Sancho o Sábio de Navarra o seu foro em 1164 e com ele o nome; há controvérsia na questão de qual era o nome velho; o texto não faz menção da mudança e dirige-se diretamente aos povoadores usando o novo topônimo: *facio hanc cartam omnibus populatōribus de la Guardia* (AZTARNA, 2014).

Também se conserva o foral fundacional da cidade portuguesa da Guarda, dado por Sancho I em 1199, e no texto segue-se uma fórmula semelhante, sem referência nenhuma à instauração de um topônimo novo e usando-o diretamente ao se dirigir *vobis populatōribus ciuitate Aguarda* (“a vós, pobradores da cidade da Guarda” na posterior versão romance de Afonso II) (PMH, I, 508).

Enfim, é inegável que em 1228 as adaptações do francês *garde* já eram muito comuns nos reinos peninsulares e tinham sido usadas pelos reis cristãos para impor novo nome a fortalezas e praças fortes. A literatura da matéria de Bretanha, que na Idade Média circulou em latim e em romance (também em galego) deveu de contribuir a divulgar o uso do correspondente substantivo comum (galego *garda*, *guarda*, português *guarda*, espanhol *guarda*, *guardia*, catalão *guardia*) com o significado de ‘castelo’ (como as *Douloureuse Garde* e *Joyeuse Garde*, castelos de Lancelot du Lac).

No *Nomenclátor de Galicia* consta outro topônimo idêntico, com aglutinação do artigo, no nome da freguesia chamada *A Aguarda* (concelho de Pastoriza, Lugo). O CODOLGA registra-o no século XIII na documentação do mosteiro de Lourenzá: *villam de Guarda* (ano 1253).

*Tarás*, o velho nome do concelho da Guarda, é muito provavelmente de origem pré-romana e cremos que contém um derivado de uma raiz *\*tar-* de significado oronímico (‘altura rochosa’), a mesma que está presente nos substantivos comuns galegos *tara*, *taro*, *tarelo*, aparentemente exclusivos desta língua, e que os dicionários explicam como ‘cotarro, relieve rocoso al que sólo suben las cabras’ (DdD, s.v.).

Gonzalo Hermo estudou outro topônimo *Tarás*, nome duma freguesia do concelho de Outes (A Coruña) e chamou a atenção sobre a alta densidade de topônimos dessa família na península do Barbanza; para esse *Tarás* propõe um étimo *\*Tarales*, com a mesma raiz oronímica pré-romana dos mencionados *tara*, *taro*, *tarelo* e o sufixo coletivo de origem



latina -ALE (HERMO, 2017, p. 258), contradizendo nisto a Villar Liébana, quem tinha sugerido um sufixo também pré-romano com nasal. Esse hipotético \**Tarales* é também étimo verossímil para o antigo nome da Guarda, vistas as grafias medievais *Taraes* e variantes (em tanto que o de Outes se registra no século XII na documentação do mosteiro de Toxosoutos como *Taras*, *Petrus Vellaz de Taras*, *ecclesie Santi Juliani de Taras...* CODOLGA).

A formação com sufixo átono com nasal seria pré-romana; um derivado em -ALES é necessariamente posterior. A toponímia menor (PTG, s.v. *Taral*) registra o que parece o correspondente singular *O Taral* como nome de terras nos concelhos do Porto do Son e de Brión (A Coruña). Mas outros topônimos que aparentemente pertencem a esta mesma família léxica provam a existência de derivados com sufixo nasal. Uma povoação da freguesia de Aldemunde (Carballo, A Coruña) chamada hoje *Tares* aparece no século X como *Taranes* (in *Brangantinos Soffani, Taranes et medio Sancto Saturnino*, ano 934, Celanova, CODOLGA), que devemos interpretar esdrúxulo (*Táranes*), pois doutro jeito o resultado atual seria \**Taráns*. A mesma formação, com um sufixo átono com nasal, explica *Tarnas* (*Tarnes* no ano 1037, Sobrado, CODOLGA), nome de uma aldeia em Cervantes, Lugo. Aliás, topônimos como *Tarendo* e *Taraído* que vemos no *Nomenclátor de Galicia* parecem exigir um étimo \*TARANĒTU (NAVAZA, 2007, 33). Por essa razão, por em quanto não dispomos de nova documentação anterior ao século XII, podemos admitir para *Tarás* tanto um étimo \*TARALES como \*TÁRANES. O segundo exigiria um posterior deslocamento do acento (*Táraes* > *Taráes*), compatível com soluções dialectais locais coincidentes com as portuguesas e divergentes das do galego comum (cf. lat. MAMULA > galego *mámoa* vs. *mamoá* /ô/ em português, ou o mencionado topônimo galego medieval *Caámones* > gal. *Camos* /á/ vs. pt. *Camões*).

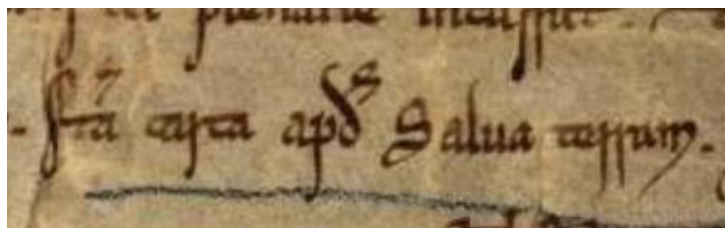
### Salvaterra de Miño, 1228 (*Lazoiro*)

Ao contrário do que acontece com alguns dos outros topônimos que tratamos aqui, a origem medieval do nome da vila e concelho de Salvaterra de Miño (Pontevedra) e também o seu antigo nome, *Lazoiro*, eram bem conhecidos, pelo menos na própria tradição local de Salvaterra, onde o antigo topônimo nomeia uma associação cultural atual. Ávila y la Cueva oferece diferentes atestações do nome antigo, desde um *Lacedurio* do ano 991 a vários *Lazoyro*, *villa de Lazoiro* do século XII. Ao não dispor de registros intermédios do século XIII, conclui que “no consta con certeza cuando dejó este nombre y tomó el de Salvatierra” (ÁVILA, 1995, II, p. 176).

Hoje estamos em condições de atribuir esta mudança toponímica também a Afonso IX, a partir de um documento de mosteiro de Oia dado em Salvaterra (*Facta carta apud Salua Terram*) pelo rei Fernando III o 28 de fevereiro de 1231 (Oia, AHN, Clero, Car.1798, N. 9). Fernando III, rei de Castela desde 1217, só acedeu ao trono de Leão e Galiza depois da morte do seu pai Afonso IX o 23 de setembro de 1230, poucos meses antes desta sua presença em Salvaterra. Não temos constância de que Fernando III desse alguma carta foral em território galego nem menos ainda de que mudasse o nome de qualquer povoação; limitou-se a confirmar os foros dos seus predecessores. Se a vila se chamava *Salvaterra* em fevereiro de 1231, este nome já tinha pelo menos uns meses de uso e temos que o atribuir a Afonso IX.



A data mais provável para a mudança de *Lazoiro* em *Salvaterra* é o ano de 1228, em que registramos por última vez aquele nome num documento do Tombo B da Catedral de Santiago pelo qual



*Facta carta apud Salua terram* (ano 1231)

Afonso IX concede à igreja de Compostela certas propriedades e

benefícios em troca dos bens que esta tinha em *locum sive villam que dicitur Laçoyro* (GONZÁLEZ 1944: 650; CODOLGA).

Eis os registros significativos da mudança toponímica de *Lazoiro* em *Salvaterra*:

991: ...nomine *Lacedurium, que est in ripa Minei, cum ecclesia Sancti Saluatoris* (Tui. CODOLGA)

1125: *incauto etiam vobis flumen Minei a Villa de Lazoiro usque ad faucem ipsius Minei* (Tui. CODOLGA)

1142: *Ipsum flumen a fauce Minei usque ad villam de Lazoiro* (Tui. CODOLGA)

1170: *omnes piscarias a fauce Minei usque ad villam de Lazoiro* (Tui. CODOLGA)

ca.1199: *villas de Lazoiro, Baldranes et Lamamala et Nugaria* (Santiago, Tombo A. CODOLGA)

1128: *locum sive villam que dicitur Laçoyro...* (Santiago, Tombo B. CODOLGA)

1231: *Facta carta in Salua Terram* (Oia, AHN, CLERO Car.1798, N.9. PARES)

1250: *alcaydibus en Salva terra Menendo Alfonsi et Fagundo Menendi* (Tui. CODOLGA)

O nome que o rei escolhe imita também um modelo francês. Na França há mais de uma dúzia de comunas ou cidades com o nome de *Sauveterre* em francês, *Sauvatèrra* em occitano, todas elas de origem medieval. Na península ibérica há outras povoações com o mesmo nome, mas possivelmente foi a galega a primeira que o recebeu. Além da *Salvaterra de Miño* galega, ha *Salvatierra* em Álava (*Agurain* em basco, tomou o nome de *Salvatierra* com o foro de 1256 concedido por Afonso X), na Estremadura espanhola *Salvatierra de Santiago* (Cáceres) e *Salvatierra de los Barros* (Badajoz), dos quais não temos informação histórica suficiente, mas hão de ser medievais, como o nome de dois *Castillo de Salvatierra* em Alacante e em Ciudad Real, e as povoações portuguesas de *Salvaterra de Magos* (Coruche, Santarém) e *Salvaterra do Extremo* (Idanha a Nova).

No composto *Salvaterra*, a anteposição do adjetivo delata o seu carácter não patrimonial nas línguas romances da península ibérica. É um topónimo que faz referência á condição de asilo do lugar denominado. Para favorecer o povoamento da vila, são admitidas como colonos as pessoas perseguidas pela justiça noutros territórios. Já tinham esse significado as *Sauveterre, Sauvatèrra* francesas: “terre sauve, jouissant du droit d’asile” (DAUZAT / ROSTAING, 1978, p. 646).

Desconhecemos a origem e significado do velho topónimo *Lazoiro*. A atestação *Lacedurium* do século X poderia ser uma falsa latinização. Não é inverossímil que contenha



um substantivo deverbal com o sufixo correspondente ao latim –ORIUM, que designaria o lugar onde se realiza a ação expressa no verbo. Ainda que nestas formações o comum seja a derivação a partir do participípio, a toponímia galega apresenta tanto derivados em -ORIUM como em -(AT)ORIUM, -(IT)ORIUM (*Preguntoiro, Catoira / Preguntadoiro, Catadoiro*). O lexema poderia ser o verbo galego *lazar* ‘congelar-se’ (DdD, s.v.), de um étimo GLACIARE (DCECH, s.v. *glacial*), que na toponímia galega está representado principalmente em derivados do tipo *As Ladeiras* (< GLACIARIAS?). Nesse caso o topônimo *Lazoiro* estaria motivado pelas condições climáticas do lugar. Esse étimo exige sibilante sonora, razão pela qual consideramos que a única atestação medieval com a grafia *Laçoiro* é um lapsus calami ou um erro de leitura. Mas também é possível uma origem pré-romana, acaso duma raiz LAT- (< PLAT-), referida à orografia plana da zona, com a clássica perda do *p*- inicial própria do céltico.

Se não fosse substituído por *Salvaterra*, o topônimo chegaria a nós provavelmente com a forma *Lazouro*, pois nessa área tudense o resultado deste sufixo latino não é o *-oiro* maioritário em galego, mas *-ouro*, como em português (o *Nomenclátor de Galicia*, em contraste com 54 povoações chamadas *A Corredoira* ou *As Corredoiras* noutras áreas geográficas galegas, recolhe na zona tudense duas povoações chamadas *A Corredoura*, uma no concelho de Salvaterra e outra no de Tui).

### Outras mudanças toponímicas de Afonso IX

As quatro décadas do reinado de Afonso IX (1188-1230) deixaram pegada indelével na toponímia galega. Nos exemplos vistos, os topônimos usados pelo rei têm relação direta ou indireta com a cultura francesa. Na primeira parte do reinado, as escolhas toponímicas estão vinculadas às peregrinações e o culto a Santiago; nos forais dos últimos tempos usa nomes de repertório que já se tinham usado antes noutras áreas geográficas.

Há provavelmente outros topônimos atribuíveis a este rei. Com a exceção de Monforte e da Coruña, os topônimos vistos aqui apenas se referem a povoações situadas no sul, próximas da fronteira com Portugal. O estudo específico da documentação medieval relativa a outras áreas permitirá encontrar mais mudanças toponímicas desconhecidas ou precisar o momento e a circunstância em que se produziram outras conhecidas, mas de data indeterminada, como a de *Vilalba* (Lugo), que na alta Idade Média era *Montenegro* e onde a escolha de uma espécie de antônimo evoca o caso de *Benavente*.

Na fronteira com Portugal temos indícios de que pelo menos outra povoação galega da Raia Seca de Ourense adquiriu o seu nome atual na mesma época, embora não disponhamos de momento de informação suficiente: é a vila e freguesia chamadas *A Xironda* (Cualedro, Ourense). Também poderia responder a um étimo \*SIRONDI, genitivo dum nome pessoal *Sirondus*, documentado em Lugo no século IX (*Sirondus diaconus*, ano 841, CODOLGA), mas hoje sabemos que o topônimo nasceu no século XIII, quando já não tinha rendimento o emprego do genitivo para a criação de topônimos, e em consequência cremos que pode ser um eco do topônimo francês *La Gironde*.

Nos séculos XI e XII registra-se em latim simplesmente como *Villamaiore* ou *Villamaior* (Celanova, números 148, 457, 459). Pelo *Catastro de Ensenada* (ano 1752) sabemos que no século XVIII exercia senhorio na freguesia o mosteiro de Melón, muito distante de ali. Exerceu-o durante todo o Antigo Regime, pois os primeiros registros que





temos da Xironda (em latim *Gironda, Sancto Salvatore de Gironda*) aparecem na documentação desse mosteiro no século XIV, e por eles sabemos que a vila tinha sido originariamente povoação realenga mais fora cedida ao abade de Melón no século anterior (Melón, AHN CLERO, Car.1462,N.12; AHN, CLERO, Car.1463,N.6).

Segundo informação da minha aluna Lucía R. Palomanes, natural da Xironda, certa tradição erudita local diz que num passado remoto, antes de pertencer ao mosteiro de Melón, a vila e freguesia também receberam a denominação de *Vilamaior de Trás os Montes*, o que sugere a antiga relação, que a fronteira nascida no século XII não chegou a trincar, com o vizinho concelho português de Montalegre. Com essa denominação, mas em latim, aparece noutro documento do mosteiro de Melón onde o abade se refere a *illam meam villam que vocatur Villamaior de Ultramontom [sic] quam dominus bone memorie rex Alfonsus mihi dedit* (ano 1249, CODOLGA, segundo a leitura de S. Cambón): ‘a minha vila que chamam Vilamaior de Tras-os-Montes que o rei dom Afonso, de boa memória, me deu’. Esse rei é sem dúvida Afonso IX, a quem devemos atribuir o novo nome da vila, embora não possamos dar data precisa.

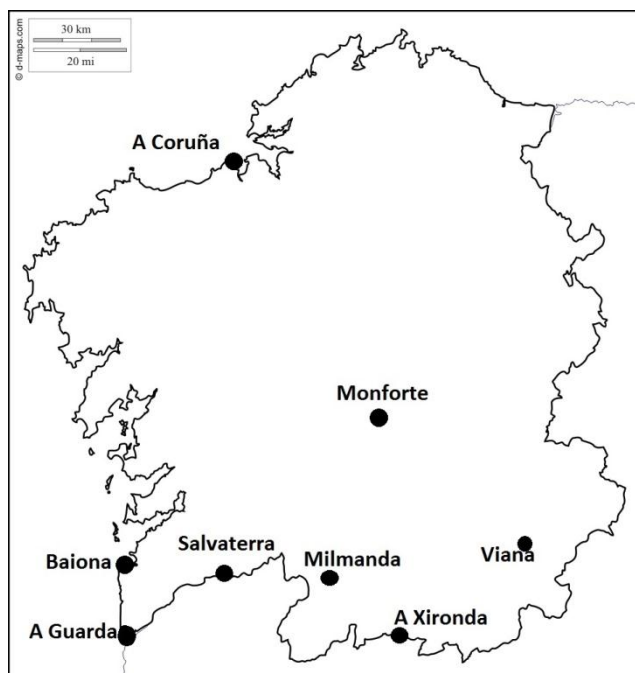
No estudo das mudanças toponímicas régias devemos contar também algumas parciais do tipo *Pobra de + velho topônimo* (*Chantada -> Pobra de Chantada*) ou *Vilanova + velho topônimo* (*Sarria -> Vilanova de Sarria*), procedimento usado, por exemplo, por D. Dinis em Portugal no ano 1303 com o foral que faz que o antigo *Varazim de Jussãos* passe a se chamar *Pobra de Varazim* (hoje a *Póvoa de Varzim*). Em ocasiões essa mudança parcial não chegou a se consolidar ou não sobreviveu até a atualidade, como aconteceu com as mencionadas (*Sarria* tinha recebido o nome de *Vilanova de Sarria* também com o foro de Afonso IX)<sup>11</sup>. Não dispomos de documentação suficiente para atribuir a Afonso IX o nome de uma *Pobra da Lourinha*, que registramos em documentação do mosteiro de Melón nas últimas décadas do século XIII e que parece corresponder à vila do Porriño (Pontevedra); em qualquer caso, seria um exemplo de mudança toponímica régia que não chegou a se consolidar.

---

<sup>11</sup> A denominação oficial das povoações portuguesas com nome composto não sempre permite saber qual é o elemento nuclear do composto ou a forma abreviada do uso coloquial (*Vilanova de Cerveira* é o nome oficial, na fala usa-se o simples *Cerveira*).



**Figura 2: Vilas e cidades cujo nome foi imposto pelo rei Afonso IX**



Fonte: Mapa confeccionado pelo autor

Concluimos com outros três topônimos galegos atribuíveis também a Afonso IX: dois *Rozavales* e um *Souto de Rozavales*. Cronologicamente constituem a mudança toponímica mais antiga devida a este rei, pois correspondem aos primeiros anos do seu reinado, mas essa mudança não coincide com a concessão de uma carta foral, embora seja consequência de uma decisão do rei. A documentação conservada permite supor que nos foros concedidos por Afonso IX nesses primeiros tempos não havia intervenção na toponímia, já que em todos os casos se manteve sem mudança o nome prévio das povoações. O seu primeiro foro é o de *Vilanova de Oscos*, na estrema entre Galícia e Astúrias, importante etapa, com hospital, de um dos caminhos de Santiago; foi dado no ano 1188, poucos dias depois de herdar o rei o trono por morte do seu pai. A mudança que vamos ver aqui tem lugar cinco anos mais tarde e também guarda relação com o caminho das peregrinações.

Em documento dado em Monforte, quando ainda se chamava *O Pino* (“*facta karta apud Pinnum*”), o 17 e abril de 1193, o rei concede a freguesia denominada até esse momento *Santa Maria de Salvador*, em terra de Lemos, à confraria do Hospital de Roncesvales, fundada em 1127 pelo bispo de Pamplona e dedicada ao auxílio dos peregrinos a Santiago:

*In Dei nomine. Ego Adefonsus, Dei gratia rex Legionis et Gallecie, per hoc scriptum notum facio presentibus et futuris quod do et hereditario iure concedo Deo et Hospitali Sancte Marie de Roscidavale illam ecclesiam meam de Santa Maria de Salvador cum suis pertinenciis et directuris...* (GONZÁLEZ 1944, II, 101, nº 66)

Neste caso não há nenhum ato administrativo que imponha mudança de nome, mas de fato essa doação provocou que a antiga freguesia de *Santa Maria de Salvador* passasse a ser conhecida como *Roçavales*, com o mesmo orago. Assim continuou até hoje (*Rozavales* no *Nomenclátor de Galicia* de 2003; o <z> representa a pronúncia interdentual comum do



galego). O célebre topônimo do Pireneu de Navarra (port. *Roncesvales*, esp. *Roncesvalles*, arag. *Ronzesbals*, fr. *Roncevaux*, basco *Orreaga*), cenário de um dos mais conhecidos episódios das lendas carolíngias, o mesmo que o nome da correspondente Confraria, em galego medieval apresenta sempre a forma *Roçavales*, interpretado como um composto de *roçar* e o plural de *vale*, e assim se lê em toda a literatura medieval e na prosa notarial.

A grafia *Salvador* com que aparece o velho topônimo no texto em latim corresponde em realidade a *Salvatur*, que segue sendo hoje o nome de uma das aldeias da freguesia de *Rozavales*, no concelho de Monforte de Lemos. Foi povoação importante já em passado muito remoto, pois aparece citada nas divisões territoriais do século VI da catedral de Lugo e do *Liber Fidei* de Braga (*ad Cairocam [= Quiroga] in directum et alia parte levat se in Salvatur*, CODOLGA). E também podemos considerar indício da antiga importância do velho topônimo o feito de que a contígua freguesia de *Vilachá*, pertencente já ao concelho da Pobra do Brollón, à beira de Quiroga, siga sendo conhecida na atualidade (na língua oral, pois o nome oficial é simplesmente *Vilachá*) como *Vilachá de Salvatur*, para fazer diferença com outros lugares homônimos (*Vilachá* é a forma comum no galego central e oriental para o resultado correspondente ao latim *VILLAM PLANAM*).

Da anómala presença de /u/ da vogal tónica em *Salvatur* podemos inferir que o topônimo procede de um genitivo \**SALVATORI*, abundantemente registrado na documentação medieval (em bom latim seria propriamente *SALVATORIS*), pois é verossímil que fosse essa desinência do genitivo latino a que provocou a metafonia da vogal tónica, procedente de um *o* longo etimológico. Na documentação do mosteiro de Celanova registra-se um nome pessoal *Gugueua Salvatur* no século X (ca. 942-977, CODOLGA) onde interpretamos o segundo elemento como um patronímico também em genitivo. Ainda que insólito, o vocalismo de *Salvatur* conta com alguns paralelos toponímicos, como o nome da freguesia de *Seadur* (Larouco, Ourense), resultado de um genitivo \**SENATORI* do nome pessoal de origem latina *Senator*, em contraste com os resultados sem inflexão da vogal tónica *Seador* (aldeia em Lánacara, Lugo) e *Siador* (freguesia em Silleda, Pontevedra), também procedentes do genitivo. Na documentação medieval em galego, este *Salvatur* da terra de Lemos registra-se sempre com <u>. Na coleção documental do mosteiro de Montederramo (LORENZO, 2016) lemos:

*Girreiryro de Saluadur et Petro Pelagij de Saluadur* (Montederramo, ano 1207, nº 52)  
*Samamede de Uilla Chaa de Saluadur* (Montederramo, ano 1281, nº 412)  
*Domingo Pérez do Outeyro de Saluadur* (Montederramo, ano 1313, nº 759)  
*Joham Ffernandes de Saluadur* (Montederramo, ano 1314, nº 800)  
*San Mamede de Uyla Chãa de Saluadur* (Montederramo, ano 1348, nº 1248)  
*Afonso Peres, morador em Saluadur* (Montederramo, ano 1459, nº 1682)

Outros dois topônimos galegos que contêm o mesmo nome carolíngio são *Rozavales* e *Souto de Rozavales*, duas aldeias em terra de Trives, Ourense, na freguesia de *San Martiño de Manzaneda*<sup>12</sup>. Deve-se o seu nome a que também foram propriedades da Confraria do Hospital de Roncesvales, administradas desde a freguesia de Rozavales em Lemos, não muito distante mas na outra beira do rio Sil. Na coleção do mosteiro de Montederramo achamos mostra documental dessa relação:

*...erdade que á o moosteyro de Monte de Ramo en Triues [...] como parte com úa leyra dos freyres de Roça Uales* (Montederramo, ano 1296, nº 581)

<sup>12</sup> O nome medieval era *Maceda de Trives*. A homonímia coa vizinha *Maceda de Limia* (hoje *Maceda*) favoreceu desde o século XVI a substituição do nome originário pelo castelhanismo *Manzaneda*.



...com outra leyra de Roça Uales (Montederramo, ano 1313, nº 768)

Na mesma documentação vemos outros exemplos de *Roçavales* em nomes de propriedades dessa confraria: *sso signo de Santa Maria de Çesuras (...) viña de Roça Uales* [Cesuris, Manzaneda] (Montederramo, ano 1276, nº 373). A aldeia chamada *Souto de Rozavales* ainda se chamava no século XIV *Souto da Porta*, quando já tinha propriedades nela a confraria mas ainda não chegara a se consolidar a mudança do segundo elemento do topónimo: *lugar que dizem O Ssouto da Porta ssu ssyno de SsaMartino de Maçada, assy como parte com este ssouto et en çima com outro herdamento de Roça Uales* (Montederramo, ano 1308, nº 692).

## REFERÊNCIAS

ACS = Arquivo da Catedral de Santiago. Disponível em: <http://csa.archivo3000.es/jopac/>. Acessado em: 15 ago. 2017

AHN = Arquivo Histórico Nacional (Madrid). [Os documentos digitalizados podem consultar-se em PARES]

ÁVILA Y LA CUEVA, Francisco. *Historia civil y eclesiástica de la ciudad de Tuy y su obispado*. 4 vols. Ed. Facsimilar do manuscrito de c.1852. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1995.

AZTARNA (sem indicação de autor). *Laguardia/Guardia y su denominación, Aztarna*, 17-05-2014. Amurrio: Aztarna, *Asociación de etnografía y difusión cultural del Alto Nervión*. [<http://aztarna.es/laguardiaguardia-y-su-denominacion>]. Acessado em 15 ago. 2017.

BAIGES, Ignasi J. et alii (dirs.). *Els pergamins de l'Arxiu Comtal de Barcelona, de Ramon Berenguer II a Ramon Berenguer IV*, vol. V. *Diplomataris*, 51. Barcelona: Fundació Noguera, 2010.

BASCUAS, Edelmiro. *Novos estudos de hidronimia paleoeuropea galega*. Vigo: Universidade de Vigo, Servizo de publicacións, 2014.

BELASKO, Mikel. *Diccionario etimológico de los nombres de los pueblos, villas y ciudades de Navarra*. Pamplona: Pamiela, 1996.

CARIDAD ARIAS, Joaquín. *Toponimia céltica de Galicia*. Lugo: Deputación Provincial, 2006.

CODOLGA = LÓPEZ PEREIRA, José Eduardo (dir) (1994-). *Corpus Documentale Latinum Gallaeciae*. [<http://corpus.cirp.es/codolga>]. Acessado em 15 ago. 2017.

COROMINAS, Juan. *Tópica Hespérica. Estudios sobre los antiguos dialectos, el substrato y la toponimia romances*. Madrid: Gredos, 1972.

DAUZAT, Albert & ROSTAING, Charles. *Dictionnaire étymologique des noms de lieux en France*. 2. ed. Revue e complétée par Ch. Rostaing. Paris: librairie Guénégaud, 1978.



DCECH = Corominas, Juan / José Antonio Pascual (1982-1991): *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. 6 vols. Madrid: Gredos.

DdD = SANTAMARINA, Antón. *Dicionario de Dicionarios. Corpus lexicográfico da lingua galega* [<http://sli.uvigo.es/DdD/>]. Accesado em 15 ago. 2017.

DUQUE, Pedro. El fuero de Viana, *Príncipe de Viana*, 35, número 136-137, p. 409-428. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1974.

FLÓREZ, Fr. Henrique. *España Sagrada. Theatro Geographico Historico de la Iglesia de España*. Tomo 16 (Astorga). Madrid: Oficina de Pedro Marín, 1787.

GONZÁLEZ, Tomás (Edit.). *Censo de población de las provincias y partidos de la corona de Castilla en el siglo XVI*. Madrid: Imprenta Real, 1829.

GONZÁLEZ, Julio. *Alfonso IX*. Madrid: Instituto Jerónimo Zurita – Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1944.

HERMO, Gonzalo. *O Tombo de tenzas primeiro (ACS CF 17) (1352-1412). Tese de Doutoramento inédita*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Facultade de Filoloxía, 2017.

KREMER, Dieter. Zu den Orstnamen *Milmanda* und *Milreu*. In: KREMER, Dieter (Ed.). *Homenagen a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário*, p. 51-78. Tübingen: Max Niemeyer, 1988.

77

LORENZO, Ramón. *Colección documental do mosteiro de Montederramo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2016.

MÉNDEZ FERNÁNDEZ, Luz. Galicia no decreto de 1916. *Boletín da Real Academia Galega*. Núm. 377, p. 365-386. A Coruña: Real Academia Galega, 2017.

MORALEJO Lasso, Abelardo. *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago de Compostela: Editorial Pico Sacro, 1977.

NAVAZA, Gonzalo. *Fitotoponimia galega*. Santiago: Instituto da Lingua Galega – Fundación P. Barrié de la Maza, 2006.

NAVAZA, Gonzalo. Topónimos da parroquia de Rebordechán, p. 13-68. In: VV.AA.: *Rebordechán, A nosa memoria*. Rebordechán: Asociación Cultural Amistade, 2007.

NAVAZA, Gonzalo. A orixe literaria do nome da Coruña. RFG, *Revista de Filoloxía Galega*. A Coruña: Universidade da Coruña, 2016. [<http://revistas.udc.es/index.php/rgf/article/view/1873>] <DOI: 10.17979/rgf.2016.17.0.1873 >





NAVAZA, Gonzalo. Toponimia miñorá: *Miñor, Nigrán, Gondomar, Baiona*. In: AGRELO, Ana Isabel Boullón (edit). *Estudar toponimia: Aproximacións metodolóxicas e interpretativas*. Anexo 75 de *Verba, Anuario galego de filoloxía*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2017, p. 81-114.

NOMENCLÁTOR DE FLORIDABLANCA. *España dividida en provincias é intendencias, y subdividida en partidos, corregimientos, alcaldías mayores: obra formada por relaciones originales qe. de orden de S.M. se pidieron por su ministro de Estado, Conde de Floridablanca, en 22 de Marzo de 1785. Con un Nomenclator o Diccionario de todos los pueblos del Reino*. Madrid: Imprenta Real, 1789.

PARES = *Portal de Archivos Españoles*. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. [<http://pares.mcu.es/>]. Accesado em 15 ago. 2017.

PMH, I = Academia Real das Ciencias de Lisboa. *Portugália Monumenta Histórica*. Volume I. Lisboa: [Olisipone: Typis academicis], 1856.

PTG = *Proxecto Toponimia de Galicia*: Xunta de Galicia (2004-) [<http://toponimia.xunta.es/gl/toponimiaengalicia>]. Accesado em 15 ago. 2017.

RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Carlos. *La colección diplomática de San Vicente del Pino*. Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Granada baixo a dirección de J. I Fernández de Viana y Vieites, 1990. [Inédita; encontra-se em DIALNET e outros servidores de textos académicos].

SANDOVAL, Prudencio de. *Antigüedad de la ciudad, y Iglesia cathedral de Tuy y de los obispos que se save aya auido en ella*. Braga: Em casa de Fructuoso Lourenço de Basto, 1610.

SOLANO FERNÁNDEZ-SORDO, Álvaro. Historia urbana en la Galicia medieval. Balance y perspectivas, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, LVII, nº 123, 2010, p. 55-90. <DOI: 10.3989/ceg.2010.v57.i123.76>

TEJERO ROBLEDO, Eduardo. La retoponimización: cuestión interdisciplinar. In: PERDIGUERO VILLARREAL, Hermógenes & ÁLVAREZ, Antonio (Coord.). *Toponimia de Castilla y León: actas de la Reunión Científica sobre Toponimia de Castilla y León*, 107-116. Burgos, novembro de 1992. Burgos: Universidad de Burgos, 1995.

TMILG = VARELA BARREIRO, Xavier (dir.) (1993-). *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega*. [<http://ilg.usc.es/tmilg>]. Accesado em 15 ago. 2017.

VENTURA, Leontina / RESENDE DE OLIVEIRA, António. *Chancelaria de D. Afonso III: Livro 1*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. <DOI: 10.14195/978-989-26-0411-4>

XUNTA DE GALICIA. *Nomenclátor das provincias, concellos, parroquias e lugares de Galicia*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia – Litonor, 2003.

Recebido em 15/10/2017  
Aprovado em 13/12/2017